

LIVRO DE RESUMOS DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE, AMBIENTE E DIREITOS FUNDAMENTAIS (IV CONISAF)

Coord.s

Fábio da Silva Veiga

Frederico Antonio Lima de Oliveira

Jeferson Bacelar

Alberto Papaléo Paes

LIVRO DE RESUMOS DO III CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE, AMBIENTE E DIREITOS FUNDAMENTAIS (IV CONISAF)

Coord.s

Fábio da Silva Veiga
Frederico Antonio Lima de Oliveira
Jeferson Bacelar
Alberto Papaléo Paes

O editor não é responsável pelas opiniões, comentários e manifestações contidas nos textos dos respectivos autores. A presente obra expõe exclusivamente a opinião de cada autor como manifestação do seu direito à liberdade de expressão e ao padrão acadêmico-científico definido pelo parâmetro de revisão do Comité Científico. O editor se opõe expressamente a qualquer das páginas desta obra ou partes da mesma nas quais sejam utilizados resumos ou textos jornalísticos. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação desta obra só pode ser realizada mediante autorização de seus titulares, salvo exceção prevista na lei. Portanto, este livro não poderá ser reproduzido de forma integral sem a autorização prévia dos editores. Os autores dos capítulos ficam autorizados à reprodução e indexação na forma eletrônica sem fins comerciais, fazendo-se menção de que os respectivos textos pertencem à integralidade do livro, desde que citados o editor e demais informações da obra. Quaisquer outras formas de cessão do uso da obra, sem a autorização prévia, por escrito, dos titulares do copyright, são consideradas proibidas.

Avaliação double-blind peer review

O procedimento de seleção de originais ajusta-se aos critérios específicos de investigação, no qual se indica que as admissões dos trabalhos publicados respondem a critérios de qualidade equiparáveis aos exigidos pelas revistas científicas, nomeadamente avaliação double-blind peer review do Comité Científico composto por doutorados que avaliam em conformidade com a especialização da matéria.

The editor is not responsible for the opinions, comments and manifestations contained in the texts of the respective authors. This book presents exclusively the opinion of each author as a manifestation of their right to freedom of expression and the academic-scientific standard defined by the Scientific Committee's review parameter. The editor expressly opposes any of the pages of this work or parts thereof in which summaries or journalistic texts are used. Any form of reproduction, distribution, public communication or transformation of this work can only be carried out with the authorization of its right holders, except for the exception provided for by law. Therefore, this book may not be reproduced in full without the prior permission of the publishers. The authors of the chapters are authorized to reproduce and index them electronically for non-commercial purposes, mentioning that the respective texts belong to the entire book, provided if the publisher and other information about the work are cited. Any other forms of assignment of use of the work, without the prior written authorization of the copyright holders, are considered prohibited.

Process of evaluation is the system of double-blind peer review

The original selection procedure adjusts to specific research criteria, in which it is indicated that the admission of published papers responds to quality criteria comparable to those required by scientific journals, namely double-blind peer review evaluation by the Scientific Committee composed of doctorates that they evaluate in accordance with the expertise of the matter.

Ficha Técnica | Technical Sheet

© 2026 Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos – IBEROJUR

Título: Livro de Resumos do IV Congresso Internacional sobre Sustentabilidade, Ambiente e Direitos Fundamentais (IV CONISAF)

Coordenadores: Fábio da Silva Veiga, Jeferson Bacelar, Frederico Antonio Lima de Oliveira, Alberto Papaléo Paes.

Edição: Iberojur Science Press

Diagramação: Mariana Dares

Capa: Mariana Dares

© Autores vários

Suporte: Eletrónico; Formato: PDF / PDF-A

ISBN: 978-989-49137-0-2

DOI: <https://doi.org/10.62140/UNAMARESUMOS.2026>

1.ª edição: Iberojur Science Press

Rua de Avilhó, 214, Matosinhos (Porto) – Portugal

Agosto, 2026

Depósito Legal – Biblioteca Nacional de Portugal n.º 569726/26

Citação: VEIGA, Fábio da Silva; BACELAR, Jeferson; OLIVEIRA, Frederico Antonio Lima de; PAES, Alberto Papaléo (coord.). Livro de Resumos do IV Congresso Internacional sobre Sustentabilidade, Ambiente e Direitos Fundamentais (IV CONISAF). Porto: Iberojur Science Press, 2026. ISBN 978-989-49137-0-2.

Conselho Científico | Scienfic Committee

Adriano Marteleto Godinho (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Álvaro Alzina Lozano (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)

André Studart (Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, Brasil)

António Francisco de Sousa (Universidade do Porto, Portugal)

Augusto Jobim (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil)

Beatriz García Sánchez (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)

Catherine Maia (Universidade Lusófona, Portugal)

Denise Fincato (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil)

Doglas Lucas (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)

Elena Atienza Macías (Universidad de Deusto, Espanha)

Fábio da Silva Veiga (Universidade Lusófona, Portugal)

Filippo Viglione (Università degli Studi di Padova, Itália)

Francesca Benatti (Università Cattolica del Sacro Cuore, Itália)

Frederico Antonio Lima de Oliveira (Universidade da Amazônia, Brasil)

Gabriel Martín Rodríguez (Universidad Rey Juan Carlos, Espanha)

Giuseppe Portonera (Università Cattolica del Sacro Cuore, Itália)

Gianpaolo Poggio Smanio (Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil)

Irene Rovira Ferrer (Universitat Oberta de Catalunya, Espanha)

Jeferson Bacelar (Universidade da Amazônia, Brasil)

João Proença Xavier (Universidade de Coimbra / Coimbra Business School, Portugal)

José León Alapont (Universidad de Valencia, Espanha)

José Sérgio Cristóvam (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Juraci Mourão Lopes Filho (Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, Brasil)

Maria Cláudia Antunes de Souza (Universidade do Vale do Itajaí, Brasil)

Marcia Andrea Buhring (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Universidade Franciscana, Brasil)

Maria Creusa Borges (Universidade Federal da Paraíba, Brasil)

Maria de Fátima Ribeiro (Universidade de Marília, Brasil)

Maria do Rosário Anjos (Universidade Lusófona, Portugal)

Mônica Tassigny (Universidade de Fortaleza, Brasil)

Renata Albuquerque (Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, Brasil)

Vania Siciliano Aieta (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Valter Moura do Carmo (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, Brasil)

Wilson Engelmann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)

Zélia Pierdoná (Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil)

APRESENTAÇÃO

O IV Congresso Internacional sobre Sustentabilidade, Ambiente e Direitos Fundamentais (IV CONISAF), realizado entre os dias 7 e 9 de maio de 2026, na Universidade da Amazônia (UNAMA), em Belém do Pará e em formato híbrido, reuniu investigadores, docentes, profissionais e estudantes em torno de um dos maiores desafios contemporâneos: a construção de sociedades sustentáveis comprometidas com a proteção do ambiente e a efetivação dos direitos fundamentais. Sob a coordenação dos Professores Fábio da Silva Veiga, Jeferson Bacelar, Frederico Antonio Lima de Oliveira e Alberto Papaléo Paes, o evento consolidou-se como um importante espaço de diálogo científico nacional e internacional.

Os trabalhos reunidos nesta obra refletem a pluralidade de perspectivas que caracterizam o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, abordando temas relacionados à justiça climática, governança ambiental, direitos humanos, tributação sustentável, responsabilidade corporativa, proteção da Amazônia, políticas públicas, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico. As pesquisas evidenciam a necessidade de respostas jurídicas cada vez mais integradas diante das transformações ambientais e sociais do século XXI.

A coletânea destaca, ainda, a crescente relevância de instrumentos jurídicos voltados à promoção da sustentabilidade, à proteção intergeracional e à responsabilização de atores públicos e privados perante os desafios impostos pela emergência climática. Ao reunir contributos de diferentes áreas do conhecimento e distintas tradições jurídicas, a obra reforça a importância da interdisciplinaridade para a construção de soluções eficazes e duradouras.

Agradecemos aos autores, avaliadores e participantes que tornaram possível esta edição do CONISAF. Que os estudos aqui publicados contribuam para o fortalecimento da investigação científica e para o desenvolvimento de práticas jurídicas comprometidas com a sustentabilidade, a justiça social e a proteção das futuras gerações.

Fábio da Silva Veiga

Jeferson Bacelar

Frederico Antonio Lima de Oliveira

Alberto Papaléo Paes

ÍNDICE

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO BRASILEIRO NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEURODIVERGENTES	10
A EFETIVIDADE DAS NORMAS DA UNIÃO EUROPEIA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO GLOBAIS.....	12
DIREITO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA: ICMS Ecológico, justiça climática e fundamentos constitucionais.....	14
A CONCILIAÇÃO NOTARIAL EM ESPANHA: PERSPETIVAS PARA O NOTARIADO PORTUGUÊS	17
O HOMEM OBSERVA A PAISAGEM E A PAISAGEM O OBSERVA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DO DIREITO À PAISAGEM A PARTIR DA ARTE IN VISU.....	18
AS MÃES DE HAIA E O SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS :Análise do Caso Raquel Cantarelli sob à Luz dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos	22
RELAÇÕES JURÍDICAS INTERNACIONAIS E O PARADIGMA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA TENSÃO ENTRE O PIB E OS LIMITES PLANETÁRIOS.....	26
RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: ENTRE O DEVER DE DILIGÊNCIA E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	28
A BACIA HIDROGRÁFICA COMO TERRITÓRIO DE GESTÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA: INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA E PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	31
ARCABOUÇO JURÍDICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL TRIUNFO DO XINGU: FUNDAMENTOS NORMATIVOS E ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	34
EFETIVIDADE NO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NAS CONCESSÕES FLORESTAIS: BLOCKCHAIN, CONTROLE SOCIAL E A GOVERNANÇA 4.0 (DIGITAL) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AMBIENTAL.....	37
A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NA 2ª VARA DE EXECUÇÕES PENAS DE SÃO LUÍS/MA: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO	42
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: As Condenações Injustas no Estado do Pará À Luz dos Direitos Fundamentais	44

COMPLIANCE EDUCACIONAL NAS ESCOLAS PARTICULARES: GOVERNANÇA, RELAÇÕES PRIVADAS E EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	46
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BELÉM: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 11.....	48
A GOVERNANÇA DA SUSTENTABILIDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA A PARTIR DE ESTUDO DE CASO LOCAL	51
SUSTENTABILIDADE SOCIAL E TRABALHO DIGITAL: A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA COMO DIREITO HUMANO NA ERA DAS PLATAFORMAS.....	53
A TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS COMO MÉTODO DE PESQUISA NO DIREITO E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE ACESSO À JUSTIÇA.....	55
ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO AOS TRIBUNAIS: A QUESTÃO DA IRRECORRIBILIDADE “ORDINÁRIA” AOS TRIBUNAIS ESTADUAIS	58
CONFLITOS ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DIREITO AO MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	61
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E OS EFEITOS JURÍDICOS DA ALUCINAÇÃO: INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES.....	63
LIMITES CONSTITUCIONAIS PARA O USO DO CARBONO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	65
LIMITES CONSTITUCIONAIS PARA O USO DA ÁGUA POTÁVEL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	67

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO BRASILEIRO NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEURODIVERGENTES

The Civil Liability of the Brazilian State in the Treatment of Neurodivergent Children and Adolescents

Eliane Maria Octaviano Martins

Francisco Gledison Lima Araujo

Paulo Alexandre Pereira de Sena

Resumo: Dentre muitos desafios na educação do Brasil, surge, meio aos anos 1980. Uma dúvida no meio acadêmico, dentre as discussões sobre aprovações e reprovações, é a responsabilidade civil do estado no tratamento a alunos neurodivergentes. Até onde estaria a obrigação do estado?

A proteção integral é um dever estatal, familiar e social. A Constituição Federal e o ECA impõem um dever positivo de ação, e não mera abstenção de danos, exigindo do Estado uma atuação ativa em políticas públicas no qual “ausente na capacidade de assistência pública ou privada quando a escola adequada, dentre as quais agressões e bullying e leis insuficientes para boa aplicação para uma vida educacional, social saudável, onde o estado permanece inerte à capacidade de se auto responsabilizar. Dentre as quais a LDB não cita completamente de forma lícita esse papel do Estado; dentre as quais investimentos em educação estão longe de se preocupar com números de alunos que se evadem do ensino público principalmente. Citamos a Lei 7.611/2011: dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Lei 13.370/2016: reduz a jornada de trabalho de servidores públicos com filhos autistas. A autorização tira a necessidade de compensação ou redução de vencimentos para os funcionários públicos federais que são pais de pessoas com TEA.

Segundo a Lei 8.899/94: garante a gratuidade no transporte interestadual à pessoa autista que comprove renda de até dois salários-mínimos. A solicitação é feita através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Violência social e a ausência da dignidade humana para neurodivergentes em geral. Assim sendo, a evasão escolar, os baixos salários e

a forma negligente do poder público são notórias e perceptíveis, provadas pelo não investimento em profissionais voltados para a área, onde o papel da ECA tem referencial teórico negligenciado na escola .

Finalizando contextualmente que os tribunais se reservam limitadamente a posições radicais quanto a repugnância quando a questões voltadas as varas de famílias e também a de órfãos e sucessões com imprecisas sentenças desfavoráveis a entendimento dos assim incapacitados jurídicos

Palavras-chave: Neuro Divergências e Educação, ECA, Lei Civil e Responsabilidade

Abstract: Amidst the many challenges facing Brazilian education—particularly those emerging in the mid-1980s—a fundamental question has arisen within academic circles regarding the discourse on student promotion and retention. Central to this inquiry is the issue of the State's civil liability concerning the treatment of neurodivergent students: to what extent does the State's obligation extend? This question highlights a perceived failure in the provision of adequate public or private assistance—specifically regarding the availability of appropriate educational settings—and draws attention to issues such as aggression and bullying. Furthermore, it points to the insufficiency of existing laws to ensure the effective implementation of policies necessary for fostering a healthy educational and social environment—a context in which the State remains inert, failing to accept full responsibility for its role. Notably, the **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB—Law of Guidelines and Bases for National Education) fails to fully and explicitly define this specific role of the State in a legally binding manner. Moreover, current investments in education fall far short of addressing the alarming rates of student dropout—particularly within the public school system. This situation constitutes a form of social violence and represents a denial of human dignity for neurodivergent individuals in general. Consequently, the high rates of school dropout, the meager salaries paid to educators, and the negligent conduct of public authorities are glaringly evident and empirically verifiable—underscored by the persistent failure to invest in specialized professionals within the field, where the theoretical framework established by the **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA—Statute of the Child and Adolescent) remains largely neglected within the school environment.

Keywords: Neurodivergence and Education, ECA, Civil Law, and Responsibility

A EFETIVIDADE DAS NORMAS DA UNIÃO EUROPEIA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO GLOBAIS

The effectiveness of European Union standards in protecting human rights in global value chains

João Roberto Lima Bertoldo¹

A crescente expansão nas cadeias de produção em grande escala constatada diante da globalização, frequentemente ocorre em países onde a proteção jurídica dos direitos dos trabalhadores se presume ineficaz, uma vez que não conferem os mínimos direitos humanos reconhecidos em cartas internacionais, tais como, OIT, OCDE e ONU.

Neste contexto, a União Europeia criou mecanismos de proteção jurídica dos trabalhadores no âmbito internacional com o intuito de responsabilizar as empresas pela devida diligência na cadeia de produção, tal como a Diretiva (UE) 2024/1760. Os mencionados mecanismos impactam diretamente empresas de outros continentes que pretendem manter relacionamento comercial com os países da União Europeia. Neste ponto, as exigências legais implicam a adoção ativa dos direitos dos trabalhadores pelas empresas, ou seja, é canalizar a atuação privada da empresa para garantir os direitos humanos relacionados ao trabalho no âmbito global na cadeia de produção.

A problemática central consiste em como a norma conseguirá, de fato, garantir a devida diligência no âmbito da justiça transnacional, pois existe um espaço vazio entre a eficácia da prevenção dos abusos e a efetiva garantia dos mecanismos de reparação reais. O objetivo principal é verificar a eficácia das normas jurídicas na garantia dos direitos humanos, especificamente no âmbito dos direitos do trabalho nas cadeias de produção.

A metodologia baseia-se na análise das normas europeias sobre a devida diligência, bem como das diretrizes internacionais quanto a devida proteção dos trabalhadores, com o objetivo de compreender a visão transnacional da justiça laboral. Serão utilizadas, também, pesquisas bibliográficas de doutrinas clássicas e contemporâneas.

¹ Mestre em Direito, Tecnologia e Regulação, Univel – Cascavel – PR, Brasil. Doutorando em Direito pela Universidade de Salamanca – ES. Contato: joao@aramisbertoldo.adv.br

Palavras-chave: Direito Internacional; Devida diligência; Direitos humanos laborais; Eficácia das normas Jurídicas; Garantia Direitos humanos.

The increasing expansion of large-scale production chains observed in the face of globalization often occurs in countries where the legal protection of workers' rights is presumed to be ineffective, as they do not grant the minimum human rights recognized in international charters, such as those from the ILO, OECD, and UN.

In this context, the European Union has created legal protection mechanisms for workers at the international level with the aim of holding companies accountable for due diligence within the production chain, such as Directive (EU) 2024/1760. These mentioned mechanisms directly impact companies from other continents that intend to maintain commercial relationships with European Union countries.

At this point, legal requirements imply the active adoption of workers' rights by companies; in other words, it involves channeling the private actions of the company to guarantee labor-related human rights on a global scale within the production chain.

The central problem lies in how the regulation will, in fact, ensure due diligence within the scope of transnational justice, as there is a gap between the effectiveness of abuse prevention and the actual guarantee of real reparation mechanisms. The main objective is to verify the effectiveness of legal norms in guaranteeing human rights, specifically regarding labor rights within production chains.

The methodology is based on the analysis of European standards regarding due diligence, as well as international guidelines on the proper protection of workers, with the aim of understanding the transnational vision of labor justice. Bibliographic research of classical and contemporary doctrines will also be utilized.

Keywords: International Law; Due diligence; Labor human rights; Effectiveness of legal norms; Guarantee of Human Rights.

DIREITO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA: ICMS ECOLÓGICO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS

TAX LAW AS AN INSTRUMENT FOR ADDRESSING THE CLIMATE CRISIS:

Ecological ICMS, Climate Justice and Constitutional Foundations

Lucas Lobato da Silva¹

UNAMA - Universidade da Amazônia

O presente artigo analisa o direito tributário como instrumento jurídico de enfrentamento ao agravamento da crise climática, com destaque na Amazônia e na justiça climática. A pesquisa parte da premissa de que a tributação extrafiscal possui a capacidade de atuar como mecanismo de grande eficiência e relevância na redução de quantidade de emissões de gases de efeito estufa na biosfera, além da sua função arrecadatória, na conservação de biomas estratégicos e na promoção da equidade ambiental amazônica.

A pesquisa tem como fundamento três eixos teóricos centrais: a primeira parte aborda a respeito da função extrafiscal do tributo e a tributação ambiental, tendo como base as teses de Aliomar Baleeiro e Hugo de Brito Machado Segundo, os quais abordam os fundamentos constitucionais da extrafiscalidade, tanto quanto dos instrumentos tributários voltados para a preservação ambiental, como o ICMS Ecológico; o segundo eixo aborda a justiça climática e os direitos fundamentais, baseando-se em Céline Guivarch e Joana Setzer, discorrendo sobre as desigualdade na distribuição dos impactos climáticos entre as classes sociais e as obrigações estatais geradas pelos compromissos internacionais assumidos pela República Federativa do Brasil, particularmente no âmbito do Acordo de Paris; o terceiro e último eixo trata da tributação sobre o carbono e as concepções para o ordenamento jurídico brasileiro, fundamentado em Fernando Facury Scaff e Lise Tupiassu, discutindo a real viabilidade de um imposto sobre carbono no Brasil e os limites jurídico-constitucionais dessa proposição.

O problema de pesquisa consiste em demonstrar em que medida o sistema tributário brasileiro, em sua estrutura atual e em suas perspectivas da recente reforma, pode servir como

¹ Bacharelado em Direito na UNAMA – Universidade da Amazônia. E-mail: lucaslobato66@gmail.com

ferramenta efetiva de política climática, especialmente na proteção da Amazônia e na promoção da justiça ambiental.

O objetivo geral é demonstrar que o direito tributário, além de sua função arrecadatória, possui capacidade constitucional e técnica para produzir comportamentos ambientalmente responsáveis e mitigar os efeitos causados pela crise climática provocada pelas ações antrópicas. A metodologia empregada é de natureza jurídico-dogmática, com revisão bibliográfica e análise normativa, incluindo legislação nacional, tratados internacionais e propostas legislativas em tramitação. Conclui-se então que, a utilização de forma correta e estratégica dos tributos ambientais, associada a mecanismos de mercado de carbono e incentivos fiscais objetivando a preservação, representa um caminho juridicamente viável e constitucionalmente adequado para que o Brasil cumpra seus compromissos climáticos e avance na promoção da justiça ambiental.

Palavras-chave: Direito Tributário; Extrafiscalidade; Crise Climática; Amazônia; Justiça Climática; Tributação Ambiental; Imposto sobre Carbono.

This article analyzes tax law as a legal instrument for addressing the worsening of the climate crisis, with particular emphasis on the Amazon region and climate justice. The research departs from the premise that extrafiscal taxation has the capacity to act as a highly efficient and relevant mechanism in reducing greenhouse gas emissions into the biosphere — beyond its revenue-raising function — in the conservation of strategic biomes, and in the promotion of Amazonian environmental equity.

The research is grounded in three central theoretical axes: the first part addresses the extrafiscal function of taxation and environmental taxation, drawing on the theoretical frameworks of Aliomar Baleeiro and Hugo de Brito Machado Segundo, who discuss the constitutional foundations of extrafiscality as well as tax instruments aimed at environmental preservation, such as the Ecological ICMS; the second axis addresses climate justice and fundamental rights, based on the works of Céline Guivarch and Joana Setzer, discussing the unequal distribution of climate impacts across social classes and the state obligations arising from international commitments undertaken by the Federative Republic of Brazil, particularly within the scope of the Paris Agreement; the third and final axis deals with carbon taxation and its implications for the Brazilian legal system, grounded in the contributions of Fernando Facury Scaff and Lise Tupiassu, examining the actual feasibility of a carbon tax in Brazil and the constitutional and legal limits of such a proposition.

The research problem consists of assessing the extent to which the Brazilian tax system, in its current structure and in light of recent reform prospects, can serve as an effective tool of climate policy, especially in the protection of the Amazon and in the promotion of environmental justice.

The general objective is to demonstrate that tax law, beyond its revenue-raising function, possesses both constitutional and technical capacity to foster environmentally responsible behavior and to mitigate the effects of the climate crisis driven by human activities. The methodology employed is legal-dogmatic in nature, involving bibliographic review and normative analysis, encompassing national legislation, international treaties, and legislative proposals currently under consideration. It is concluded that the correct and strategic use of environmental taxes, combined with carbon market mechanisms and fiscal incentives aimed at preservation, represents a legally viable and constitutionally sound path for Brazil to fulfill its climate commitments and advance the promotion of environmental justice.

Keywords: Tax Law; Extrafiscality; Climate Crisis; Amazon; Climate Justice; Environmental Taxation; Carbon Tax.

A CONCILIAÇÃO NOTARIAL EM ESPANHA: PERSPETIVAS PARA O NOTARIADO PORTUGUÊS

Mercília Pereira Gonçalves

A Lei da Jurisdição Voluntária de 2015 introduziu na Lei do Notariado espanhola o Título VII, que regula a atuação dos notários em expedientes e atas especiais, dedicando os artigos 81.º a 83.º à conciliação notarial. Esta inovação reconhece aos notários competência para resolver conflitos jurídicos por via extrajudicial, reforçando o papel destes profissionais na desjudicialização dos litígios e na promoção do acordo entre as partes.

O notário atua aqui como funcionário público, sujeito aos princípios da legalidade e imparcialidade assegurando que os acordos obtidos respeitam o Direito e os direitos das partes. A conciliação pode versar sobre matérias contratuais, mercantis, sucessórias ou familiares, desde que não envolvam matérias indisponíveis. O procedimento inicia-se por requerimento das partes, desenvolve-se com sessões conduzidas pelo notário e conclui-se com ata e, havendo acordo, com escritura pública de força executiva (art. 83.º Lei do Notariado).

A recente Lei 11/2023 permite a realização da conciliação por videoconferência, consolidando a digitalização dos atos notariais e ampliando o acesso à justiça preventiva.

Doutrinariamente, a conciliação notarial destaca-se como uma nova competência da função notarial, distinta da mediação e da arbitragem, reforçando o valor da segurança jurídica, da função pública e da liberdade negocial. Entre os modelos de atuação possíveis, o avaliativo revela-se o mais adequado à prática notarial, dado o seu carácter jurídico e a experiência técnica dos notários, embora se reconheça o potencial enriquecedor da integração de técnicas dos modelos facilitativo e transformativo.

Assim, a conciliação notarial representa uma via célere, segura e eficiente de resolução de conflitos, que alia a tradição notarial à modernização tecnológica e à promoção de uma justiça mais sustentável e próxima dos cidadãos.

O HOMEM OBSERVA A PAISAGEM E A PAISAGEM O OBSERVA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA DO DIREITO À PAISAGEM A PARTIR DA ARTE IN VISU

Man observes the landscape and land scape observes him: a phenomenological approach to the right to landscape from the perspective of visual art

Fabiane A. Fabricio Bórnia¹

Norma Regina Truppel Constantino²

A paisagem tem sido elemento fundamental nos debates contemporâneos da arquitetura, do direito, da geografia e das ciências humanas de modo geral, especialmente diante das crises ambientais, urbanas e sociais que assinalam o mundo atual. Longe de constituir apenas um cenário visual ou um objeto de representação estética, a paisagem configura-se como experiência vivida, relacional e histórica, resultante da interação contínua entre o ser humano e o ambiente que habita.

O presente artigo propõe, por meio de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com enfoque interdisciplinar entre o Direito, a Filosofia e a Estética, a abordagem fenomenológica da paisagem, fundamentada na obra de Jean-Marc Besse, partirá da observação da arte pictórica como dispositivo analítico *in visu* para compreender como valores humanos se inscrevem no espaço e, reciprocamente, como a paisagem participa da experiência humana, visando principalmente à compreensão da experiência vivida da

¹ Aluna Especial do Curso de Mestrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Artes e Ciências da Universidade Estadual Paulista. Especialista em Gestão de Organizações Públicas pela Faculdade de Engenharia de Bauru da Universidade Estadual Paulista. Bacharelada em Direito pelas Faculdades Integradas de Bauru. Bacharel em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino. E-mail: fabiane.bornia@unesp.br <https://orcid.org/0000-0002-0501-5063>

² Professora Aposentada e Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Mestrado e Doutorado da FAAC – Universidade Estadual Paulista – UNESP. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo -FAUUSP. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional de Assentos Humanos pela Universidade Estadual Paulista. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná. norma.rt.constantino@unesp.br <https://orcid.org/0000-0002-8333-7092>

paisagem enquanto categoria jurídica e sensível. Pode a paisagem, enquanto experiência vivida, constituir-se como sujeito de direito?

A partir da análise comparativa de duas obras de arte – O Viajante sobre o Mar de Névoa (1818), de Caspar David Friederich e O Triunfo da Morte (1562), de Peter Bruegel, O Velho – o estudo investiga dois modos antagônicos de relação entre ser humano e paisagem: um, que faz parte de um ciclo virtuoso, baseado na contemplação, no pertencimento e no cuidado e outro, que alimenta um ciclo vicioso, marcado pela violência, pela destruição e pela ruptura do habitar. As obras são compreendidas não apenas como representações da paisagem, mas como mediações sensíveis que revelam diferentes abordagens de experiências espaciais.

Assim, sob a perspectiva de Besse, a paisagem é entendida como o mundo visualizado, ou seja, como o resultado de um encontro entre o olhar humano e o mundo material, cultural, simbólico. Nesse sentido, a paisagem não é neutra nem passiva: ela afeta e orienta a experiência humana, ao mesmo tempo em que é continuamente transformada pelas ações, valores e decisões individuais e coletivas. Essa compreensão permite afirmar que o ambiente impacta o ser humano, que, por sua vez, impacta o ambiente, configurando ciclos de caráter ético, político e espacial.

Com base nessa leitura fenomenológica, o artigo apresenta uma reflexão sobre o direito à paisagem, entendendo-o não apenas como direito à preservação visual ou patrimonial, mas como direito fundamental à experiência qualificada do espaço habitado. Avança-se, ainda, na discussão contemporânea que reconhece elementos da paisagem como potenciais sujeitos de direito, deslocando a paisagem da condição de objeto para a de interlocutora ética da vida social e urbana.

Conclui-se que a arte, ao revelar modos de ver, sentir e habitar a paisagem, constitui uma base fecunda para repensar o projeto arquitetônico e urbano, orientando-o por uma ética do habitar sensível, relacional e responsável. A paisagem, nesse contexto, emerge como elemento central para a re-construção de cidades mais humanas, justas e ambientalmente comprometidas.

Palavras-chave: Direito à Paisagem; Fenomenologia; Jean-Marc Besse; História da Arte; Paisagem e Cidade.

Landscape has been a fundamental element in contemporary debates in architecture, law, geography, and the humanities in general, especially in the face of the environmental, urban, and social crises that characterize the current world. Far from being merely a visual backdrop or an object of aesthetic representation, landscape is configured as a lived, relational, and historical experience, resulting from the continuous interaction between human beings and the environment they inhabit.

This article proposes, through qualitative research of a bibliographic and documentary nature, with an interdisciplinary focus between Law, Philosophy – especially Phenomenology – and Aesthetics, a phenomenological approach to landscape, based on the work of Jean-Marc Besse. It will start from the observation of pictorial art as an analytical device in visu to understand how human values are inscribed in space and, reciprocally, how landscape participates in human experience, aiming primarily at understanding the lived experience of landscape as a legal and sensitive category. Can landscape, as a lived experience, constitute itself as a subject of law?

Based on a comparative analysis of two works of art – *The Wanderer above the Sea of Fog* (1818), by Caspar David Friedrich, and *The Triumph of Death* (1562), by Peter Bruegel the Elder – the study investigates two antagonistic modes of relationship between human beings and landscape: one, which is part of a virtuous cycle, based on contemplation, belonging, and care, and another, which fuels a vicious cycle, marked by violence, destruction, and the disruption of dwelling. The works are understood not only as representations of the landscape, but as sensitive mediations that reveal different approaches to spatial experiences.

Thus, from Besse's perspective, the landscape is understood as the visualized world, that is, as the result of an encounter between the human gaze and the material, cultural, and symbolic world. In this sense, the landscape is neither neutral nor passive: it affects and guides human experience, while at the same time being continuously transformed by individual and collective actions, values, and decisions. This understanding allows us to affirm that the environment impacts human beings, who, in turn, impact the environment, configuring cycles of an ethical, political, and spatial nature.

Based on this phenomenological reading, the article proposes a reflection on the right to landscape, understanding it not only as a right to visual or patrimonial preservation, but as a fundamental right to a qualified experience of inhabited space. It also advances the contemporary discussion that recognizes elements of nature and landscape as potential

subjects of law, shifting the landscape from the condition of object to that of ethical interlocutor of social and urban life.

It is concluded that art, by revealing ways of seeing, feeling, and inhabiting the landscape, constitutes a fertile basis for rethinking architectural and urban design, guiding it by an ethics of sensitive, relational, and responsible dwelling. In this context, the landscape emerges as a central element for the reconstruction of more humane, just, and environmentally committed cities.

Keywords: Right to Landscape; Phenomenology; Jean-Marc Besse; Art History; Landscape and City.

AS MÃES DE HAIA E O SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS :ANÁLISE DO CASO RAQUEL CANTARELLI SOB À LUZ DOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

*The Mothers of The Hague and International Child Abduction: An Analysis of the Raquel Cantarelli
Case in Light of International Human Rights Systems*

Lorena Filgueira da Cruz¹

Diego Fonseca Mascarenhas²

Alberto de Moraes Papaléo Paes³

A Convenção de Haia de 1980 surgiu a fim da finalidade de evitar a separação inesperada dos vínculos familiares e assegurar o retorno imediato de crianças ilicitamente transferidas ou retidas em outro país como consta no (HCCH,1980 art 12), protegendo-as do sequestro parental e assim garantindo o respeito e os direitos à guarda e visitas (HCCH,1980 art 3). Contudo, embora estabeleça o retorno imediato como regra, sua aplicação revela tensões quando confrontadas com contexto de violência doméstica, nos quais a neutralidade do tratado pode produzir efeitos contrários ao princípio do melhor interesse da criança. Nesse contexto, o fenômeno das “Mães de Haia” demonstra que muitos deslocamentos internacionais não decorrem de intenção ilícita, mas de estratégias de sobrevivência diante de situações de abuso. A lógica estrutural da Convenção, centrada na restituição célere e na recomposição do status quo, tende a desconsiderar a complexidade

¹ Mestranda em Direito Fundamentais (UNAMA). Bacharel em Direito pela (UNAMA). Pós Graduanda em Direito de Família (UNINTER). Membro do Grupo de Pesquisa das Liberdades Cívicas-Constitucionais (UNAMA) Membro da Comissão de Relações Internacionais e ODS da OAB/PA. Membro do Grupo de Gestão de Conflitos da (UFPA). E-mail: lorenafilegueira20@gmail.com

² Doutor e Mestre em Direito pela UFPA. Professor universitário da graduação e pós-graduação Universidade da Amazônia (UNAMA) e Faculdade Cosmopolita. Membro do Grupo de Pesquisa Hermenêutica Constitucional PPGDF UNAMA. E-mail: diegomask_85@hotmail.com

³ Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará. Advogado, Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento e da Graduação em Direito da Universidade da Amazônia. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos de Hermenêutica Constitucional (GEHC) e Efetividade dos Direitos Fundamentais no Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais da Universidade da Amazônia. E-mail: alberto.papaleo@unama.br

dos vínculos familiares e o contexto de vulnerabilidade, reforçando seu caráter instrumental (ALBUQUERQUE, 2015, p. 8).

O presente estudo analisa o caso de Raquel Cantarelli como exemplo das limitações da aplicação automática da Convenção, problematizando assim a interpretação restritiva da exceção do art 13, alínea b que destaca a não devolução criança quando houver exposição graves a danos físicos e psicológicos (HCCH,1980). O problema central reside na tensão entre aplicação imediata da Convenção de Haia e a necessidade de proteção dos direitos fundamentais da criança e do genitor cuidador, especialmente diante de assimetria de gênero. A problemática se manifesta quando rigoroso processo de restituição internacional se sobrepõe à análise contextual dos fatos, podendo resultar em decisões que embora formalmente adequadas à norma internacional, negligenciam o princípio do melhor interesse da criança. Esse cenário gera um conflito de deveres para o Estado Brasileiro: de um lado tem o compromisso de cooperação internacional e do outro lado a obrigação de assegurar a efetividade de tratados de direitos humanos, como a Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994), onde reconhece que a violência contra mulher é uma violação dos direitos humanos, e a Convenção sobre Direitos da Criança (ONU, 1989), que estabelece a primazia do bem-estar do menor em decisões judiciais. Sob essa perspectiva à luz de uma estrutura hierárquica do ordenamento jurídico onde representada pela pirâmide de Kelsen onde os tratados de Direitos humanos assumem a posição suprallegal do sistema brasileiro, assim impedindo sua aplicação em desconformidade com as garantias fundamentais. Parte-se da hipótese de que a aplicação da Convenção de Haia, quando deslocada dos sistemas internacionais de direitos humanos, tende a reproduzir desigualdades estruturais e comprometer a proteção integral da criança, sobretudo em contexto marcados por violências domésticas. Nesse sentido, observa-se conflitos familiares envolvendo menores frequentemente refletem disputas parentais nas quais “os próprios pais [...] não conseguem conciliar seus interesses com os dos menores” (ALBUQUERQUE, 2015, p 5).

O objetivo da investigação consiste em analisar criticamente a aplicação da Convenção de Haia em casos envolvendo “Mães de Haia”, identificando seus limites e possibilidades à luz dos sistemas internacionais de proteção. Busca-se compreender de que forma fatores como a desigualdade de gênero, a violência doméstica, a diversidade de interpretações jurídicas e a morosidade dos processos influenciam a efetividade do tratado.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Adota-se uma abordagem de

hermenêutica crítica, como o foco na análise do caso concreto da Raquel Cantarelli, sendo orientada por meio de uma interpretação sistemática e teleológica das normas, tendo como foco central o princípio do melhor interesse da criança aliado à perspectiva de gênero. A análise que considera ainda os tratados Internacionais, e o relatórios da Conferência de Haia permitiu uma análise crítica da de sua aplicação. Além da análise recente do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIs n. 4.245 e 7.686 que firmou o entendimento de que a aplicação da Convenção de Haia deve observar o princípio do melhor interesse da criança além da perspectiva de gênero que reconhece a violência doméstica contra a mãe que pode configurar risco grave para a criança (BRASIL,2023). A interpretação se encontra no art 227 da Constituição Federal que assegura prioridade absoluta à proteção da criança e do adolescente (BRASIL,1988).

Os resultados demonstram que embora a Convenção de Haia seja o instrumento essencial para o enfrentamento de sequestros de crianças e adolescentes, a sua aplicação apresenta limitações. Verifica-se: (i) as divergências jurisprudenciais na interpretação das exceções ao retorno; (ii) dificuldade probatória em casos de violência doméstica; e (iii) tensões entre exigência de celeridade processual e a necessidade de análise aprofundada das circunstâncias fáticas. Ademais, a aplicação do artigo 3, alínea “b”, permanece instável, sendo ainda amplamente discutida na jurisprudência (ALBUQUERQUE, 2015, p. 3). Conforme a doutrina, “a Convenção enfatiza a necessidade de celeridade [...] para evitar danos prolongados a criança” (LIMA, 2016, p.78 apud CRUZ; MASCARENHAS, 2024, p. 389), onde na prática, pode entrar em conflito com a proteção substancial em contexto de vulnerabilidade. Soma-se a isso o elevado grau de indeterminação do princípio do melhor interesse da criança, que amplia a margem interpretativa e contribui para decisões divergentes (ALBUQUERQUE, 2015, p. 9).

Conclui-se que a aplicação automática da Convenção de Haia, tende a reproduzir assimetrias estruturais quando orientada por uma leitura estritamente formal e deslocada dos sistemas internacionais de direitos humanos, tende a reproduzir resultados incompatíveis com o princípio do melhor interesse da criança, sobretudo em contextos marcados por violência doméstica e assimetrias de gênero. Evidencia-se que a neutralidade aparente do tratado não é suficiente para garantir justiça material, podendo, em determinadas situações, reforçar vulnerabilidades já existentes. O estudo demonstra que a efetividade da Convenção depende de uma interpretação sistemática e teleológica, ancorada nos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos e na Constituição Federal, capaz de integrar a perspectiva de gênero e reconhecer a violência doméstica como fator relevante na análise

do risco grave previsto no art. 13, alínea “b”. Como contribuição, o artigo sustenta que a aplicação da Convenção de Haia deve ser reorientada a partir de uma abordagem que ultrapasse sua lógica instrumental de restituição automática, incorporando critérios substantivos de proteção integral. Nesse sentido, defende-se que a harmonização entre cooperação internacional e direitos humanos não se dá pela prevalência de um regime sobre o outro, mas por meio de uma interpretação integrada que assegure decisões juridicamente válidas e socialmente legítimas.

Palavras-chave: Mães de Haia; Sequestro Internacional; Direitos humanos; Violência doméstica; Melhor interesse da Criança

RELAÇÕES JURÍDICAS INTERNACIONAIS E O PARADIGMA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA TENSÃO ENTRE O PIB E OS LIMITES PLANETÁRIOS

International Legal Relations and the Sustainable Growth Paradigm: An Analysis of the Tension between GDP and Planetary Boundaries

Cleube M. Costa Campos¹

Catherine Maia²

O presente artigo acadêmico explora a intersecção entre o Direito Internacional e o imperativo do crescimento econômico sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) é analisado como um princípio fundamental que atua na reinterpretação das relações jurídicas internacionais, especialmente no campo econômico. A pesquisa investiga a natureza jurídica do DS, seus elementos constitutivos e sua aplicação prática em instâncias como a Corte Internacional de Justiça e a Organização Mundial do Comércio.

O foco central da discussão reside na tensão entre a métrica tradicional de sucesso econômico — o Produto Interno Bruto (PIB) — e a necessidade premente de respeitar os limites biofísicos do planeta. Examina-se o conceito de *decoupling* (desacoplamento) como uma estratégia jurídica para conciliar expansão econômica e preservação ambiental, expondo suas limitações teóricas e práticas no cenário global. A investigação dedica especial atenção ao conceito de *decoupling* (desacoplamento), que surge como a principal proposta teórica e jurídica para resolver a contradição entre a expansão econômica e a preservação ambiental.

Destarte o *decoupling* refere-se à possibilidade de desvincular o crescimento do Produto

¹ Doutorando em Direito Público pela Universidade Lusófona do Porto - Portugal, Mestre em Direito pela UNIFIEO - Osasco-SP, Pós Graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Cândido Mendes.

² Professora Doutora na Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona (Portugal) e Professora Visitante na Sciences Po Paris (França). E-mail: catherine.maia@ulusofona.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9710-4655>.

Interno Bruto (PIB) do aumento das pressões ambientais e do consumo de recursos naturais. Juridicamente, este conceito é estruturado em duas vertentes: o *desacoplamento relativo*, em que o impacto ambiental cresce a um ritmo inferior ao econômico, e o *desacoplamento absoluto*, em que o impacto ambiental diminui efetivamente enquanto a economia cresce. O artigo explora se os instrumentos jurídicos atuais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os acordos climáticos, são capazes de institucionalizar este paradigma de forma eficaz.

Palavras-chave: Relações Jurídicas Internacionais; Desenvolvimento Sustentável; Desacoplamento (*Decoupling*); Direito Económico Internacional; Limites Planetários.

This academic article explores the intersection between International Law and the imperative of sustainable economic growth. The concept of sustainable development (SD) is analyzed as a fundamental principle that reinterprets international legal relations, particularly within the economic sphere. The research investigates the legal nature of SD, its constitutive elements, and its practical application in venues such as the International Court of Justice and the World Trade Organization.

The central focus of the discussion lies in the tension between the traditional metric of economic success — Gross Domestic Product (GDP) — and the pressing need to respect the planet's biophysical limits. The concept of decoupling is examined as a legal strategy to reconcile economic expansion and environmental preservation, exposing its theoretical and practical limitations on the global stage. The investigation devotes special attention to the concept of decoupling, which emerges as the primary theoretical and legal proposal to resolve the contradiction between economic expansion and environmental preservation.

Thus, decoupling refers to the possibility of delinking GDP growth from increasing environmental pressures and the consumption of natural resources. Legally, this concept is structured into two branches: relative decoupling, where environmental impact grows at a slower rate than economic growth, and absolute decoupling, where environmental impact effectively decreases while the economy grows. The article explores whether current legal instruments, such as the Sustainable Development Goals (SDGs) and climate agreements, are capable of effectively institutionalizing this paradigm.

Keywords: International Legal Relations; Sustainable Development; Decoupling; International Economic Law; Planetary Boundaries.

RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: ENTRE O DEVER DE DILIGÊNCIA E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

*Corporate Responsibility in Global Value Chains: Between Due Diligence and Consumer Protection in
European Union Law*

Sérgio Manuel da Costa Machado¹

Resumo: A crescente complexidade das cadeias globais de valor, caracterizada pela fragmentação da produção e pela dispersão geográfica dos agentes económicos, coloca desafios acrescidos à proteção dos consumidores na União Europeia. Neste contexto, a Diretiva (UE) 2024/1760 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, assume particular relevância ao introduzir deveres de diligência das empresas em matéria de direitos humanos e sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor.

Esta Diretiva impõe às empresas a obrigação de identificar, prevenir, mitigar e reparar impactos negativos decorrentes das suas atividades e das relações com fornecedores e parceiros comerciais, promovendo maior transparência e responsabilização nas cadeias produtivas. Embora não constitua um instrumento especificamente orientado para o Direito do Consumo, os seus efeitos refletem-se na melhoria da segurança dos produtos, na qualidade da informação disponibilizada e na correção das práticas comerciais, aspetos essenciais para a proteção dos consumidores.

Não obstante, persistem desafios significativos quanto à efetividade da proteção dos consumidores. O carácter predominantemente preventivo destes deveres, aliado às dificuldades de imputação de responsabilidade em contextos transnacionais, continua a limitar o acesso a mecanismos de reparação eficazes, evidenciando a tensão entre a responsabilização empresarial e a tutela efetiva dos consumidores. Neste contexto, revela-se essencial assegurar uma adequada articulação entre este regime e o Direito do Consumo,

¹ Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto e Professor Adjunto Convidado da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Investigador Integrado do CEJEIA (Centro de Estudos Jurídicos Económicos, Internacionais e Ambientais); doutor em Direito pela Universidade Católica Portuguesa; ORCID ID: 0000-0002-8305-1553; Email: sergiomachado@por.ulusiada.pt.

nomeadamente nos domínios da segurança dos produtos, das práticas comerciais desleais e da responsabilidade civil.

Assim, o principal desafio reside em assegurar que os mecanismos de responsabilização empresarial previstos na Diretiva (UE) 2024/1760 se traduzam em benefícios concretos para os consumidores, conciliando a promoção da sustentabilidade com a garantia de uma proteção efetiva dos seus direitos.

Palavras-Chave: Cadeias globais de valor; Responsabilidade empresarial; Proteção do consumidor; Dever de diligência; Sustentabilidade.

Abstract: The increasing complexity of global value chains, characterized by the fragmentation of production and the geographical dispersion of economic actors, poses additional challenges to consumer protection within the European Union. In this context, Directive (EU) 2024/1760 of the European Parliament and of the Council, of 13 June 2024, assumes particular relevance by introducing corporate due diligence obligations in the areas of human rights and sustainability throughout the entire value chain.

This Directive requires companies to identify, prevent, mitigate, and remedy adverse impacts arising from their activities and their relationships with suppliers and business partners, thereby promoting greater transparency and accountability in production chains. Although it is not specifically designed as a consumer law instrument, its effects are reflected in improved product safety, enhanced quality of information provided, and the correction of commercial practices-key aspects for consumer protection.

Nevertheless, significant challenges remain regarding the effectiveness of consumer protection. The predominantly preventive nature of these obligations, combined with the difficulties of attributing liability in transnational contexts, continues to limit access to effective remedies, highlighting the tension between corporate accountability and the effective protection of consumers. In this context, it is essential to ensure proper coordination between this regime and consumer law, particularly in the areas of product safety, unfair commercial practices, and civil liability.

Thus, the main challenge lies in ensuring that the corporate accountability mechanisms established by Directive (EU) 2024/1760 translate into concrete benefits for consumers, reconciling the promotion of sustainability with the guarantee of effective protection of their rights.

Keywords: Global value chains; Corporate responsibility; Consumer protection; Due diligence; Sustainability.

A BACIA HIDROGRÁFICA COMO TERRITÓRIO DE GESTÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA: INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA E PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

The River Basin as a Territory for Governing the Fundamental Right to Water: Integration of Governance Instruments and the Promotion of Sustainability

Líliam dos Santos Vasconcelos¹

Anderson Gomes de Oliveira²

Ederson Fabrício Cordeiro da Silva³

Este resumo analisa a bacia hidrográfica como unidade territorial privilegiada para a gestão integrada dos recursos hídricos e para a concretização do direito fundamental à água, em um contexto marcado pela intensificação das pressões sobre a disponibilidade hídrica decorrentes das mudanças climáticas, do desmatamento e da urbanização desordenada. Partindo do contraste entre a expressiva disponibilidade de água doce superficial no Brasil e a persistência de déficits de acesso à água potável, o texto sustenta que a bacia hidrográfica oferece um recorte mais adequado para articular a dinâmica ecológica do ciclo hidrológico às dimensões jurídicas, políticas e sociais que condicionam o acesso à água.

O problema proposto consiste em compreender qual unidade territorial é mais apta a promover uma governança hídrica capaz de integrar sustentabilidade, planejamento e efetivação de direitos. O objetivo da investigação é demonstrar que a bacia hidrográfica deve ser reconhecida não apenas como unidade técnico-administrativa de gestão ambiental, mas

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (PPDRU/UNIFACS), Mestra em Direito Governança e Políticas Públicas (MDGPP-UNIFACS). Professora de Direito do Instituto Federal da Bahia. Brasil. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – CAPES, Brasil. E-mail: liliasvasconcelos@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7003-6223>

² Anderson Gomes de Oliveira. Geógrafo, Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano. Professor Colaborador do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial (Planterr), Universidade do Estado da Bahia (UEFS), Coordenador de Recursos Naturais e Ambientais, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Email: anderson.gomes@animaeducacao.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-4640-5583>

³ Engenheiro Civil/Sanitarista (UEFS), Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (UFBA), Pós-Graduado em Engenharia Ambiental (CESMAC), Pós-Graduação em Pavimentação (UFBA). Email: fabvassilvaesantos@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0004-0492-5235>

como território jurídico no qual o direito à água se materializa ou é negado, exigindo a articulação entre o arcabouço normativo brasileiro, os instrumentos de governança previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos e os compromissos assumidos no âmbito do ODS 6 da Agenda 2030.

A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise normativa, com apoio em reflexões sobre a experiência institucional brasileira e em estudos que tratam da bacia hidrográfica como categoria geográfica, política e socioambiental. Conclui-se que a adoção da bacia como território de gestão permite integrar, de modo mais coerente, os instrumentos de governança das águas e os objetivos de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que evidencia as tensões que comprometem sua efetividade. Nessa direção, fortalecer a gestão por bacias significa ampliar a capacidade de coordenação entre escalas territoriais, consolidar mecanismos participativos e reinterpretar a proteção da água como expressão concreta de um direito fundamental.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica; Direito fundamental à água; Governança hídrica; Sustentabilidade; Política Nacional de Recursos Hídricos; ODS 6.

This abstract analyzes the river basin as the privileged territorial unit for integrated water resources management and for the realization of the fundamental right to water in a context marked by increasing pressure on water availability driven by climate change, deforestation, and disorderly urbanization. Starting from the contrast between Brazil's significant surface freshwater availability and the persistence of deficits in access to safe drinking water, the text argues that the river basin provides a more suitable framework for articulating the ecological dynamics of the hydrological cycle with the legal, political, and social dimensions that shape access to water.

The proposed problem consists in understanding which territorial unit is best suited to promote water governance capable of integrating sustainability, planning, and the effective protection of rights. The objective of the study is to demonstrate that the river basin should be recognized not merely as a technical-administrative unit of environmental management, but as a legal territory in which the right to water is either realized or denied, thus requiring articulation between the Brazilian normative framework, the governance instruments established by the National Water Resources Policy, and the commitments assumed under SDG 6 of the 2030 Agenda.

The methodology is based on bibliographic review and normative analysis, supported by reflections on the Brazilian institutional experience and on studies that approach the river basin as a geographical, political, and socio-environmental category. It is concluded that adopting the river basin as a management territory makes it possible to integrate water governance instruments and sustainability goals more coherently, while also revealing the tensions that undermine their effectiveness. In this sense, strengthening basin-based management means expanding coordination across territorial scales, consolidating participatory mechanisms, and reinterpreting water protection as a concrete expression of a fundamental right.

Keywords: River basin; Fundamental right to water; Water governance; Sustainability; National Water Resources Policy; SDG 6.

ARCABOUÇO JURÍDICO, POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL TRIUNFO DO XINGU: FUNDAMENTOS NORMATIVOS E ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

Legal Framework, Public Policies, and Territorial Management Instruments in the Triunfo do Xingu Environmental Protection Area: Normative Foundations and Structuring of the Management Plan

Andrielle Leal da Silva

Pedro Henrique Gomes de Freitas

Loarena Leal Cruz

Este artigo explora o arcabouço jurídico-institucional, as políticas públicas e os instrumentos de gestão territorial que estruturam o Plano de Gestão (2024) da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (APATX), localizada na região da Terra do Meio, no Estado do Pará, Amazônia Brasileira. O estudo insere-se no debate sobre governança socioambiental e ao princípio da proteção intergeracional em unidades de conservação de uso sustentável, especialmente em contextos marcados por intensas pressões antrópicas. O problema proposto centra-se na dificuldade de compatibilizar conservação da biodiversidade e a garantia da disponibilidade dos recursos naturais às gerações futuras, considerando a expansão da fronteira agropecuária, a concentração fundiária e o elevado desmatamento na APATX, cuja cobertura vegetal remanescente (49,61%) está abaixo dos parâmetros legais exigidos para a Amazônia Legal. Esse cenário evidencia limites na efetividade das políticas ambientais e na implementação de instrumentos de ordenamento territorial.

O objetivo do artigo é analisar o arcabouço jurídico-institucional, os instrumentos de gestão territorial e as políticas públicas transversais que fundamentam e operacionalizam o Plano de Gestão da unidade, identificando suas bases normativas, mecanismos de participação e articulação interinstitucional.

A metodologia adotada é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em análise documental e bibliográfica. O estudo utiliza abordagem hermenêutico-normativa para examinar o decreto de criação da unidade, o Plano de Gestão e legislações correlatas nos

níveis federal, estadual e municipal, além de dialogar com referenciais teóricos da governança socioambiental e da sustentabilidade multidimensional.

As principais conclusões indicam que o Plano de Gestão da APATX se apoia em uma arquitetura normativa robusta, integrando instrumentos como o Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação, o Código Florestal e políticas públicas transversais (como o Plano Amazônia Agora e o Regulariza Pará). Destaca-se a adoção de estratégias combinadas de comando e controle, regularização fundiária, assistência técnica e incentivos à restauração produtiva. Contudo, a efetividade dessas ações depende da consolidação da participação social, da coordenação interinstitucional e da estabilidade das políticas públicas. Conclui-se que a governança da APATX deve ser compreendida como um processo contínuo de mediação de interesses, cujo sucesso está condicionado à capacidade de transformar o arcabouço normativo em resultados concretos de conservação e desenvolvimento sustentável, no qual a proteção intergeracional deve se consolidar como princípio orientador das políticas públicas e das estratégias de desenvolvimento sustentável no território.

Palavras-chave: governança socioambiental; políticas públicas; sustentabilidade; unidades de conservação; ordenamento territorial.

This article explores the legal-institutional framework, public policies, and territorial management instruments that structure the Management Plan (2024) of the Triunfo do Xingu Environmental Protection Area (APATX), located in the Terra do Meio region, in the state of Pará, Brazilian Amazon. The study is situated within the debate on socio-environmental governance and the principle of intergenerational protection in sustainable-use conservation units, particularly in contexts marked by intense anthropogenic pressures. The proposed problem focuses on the difficulty of reconciling biodiversity conservation with ensuring the availability of natural resources for future generations, considering the expansion of the agricultural frontier, land concentration, and high deforestation rates in the APATX, whose remaining vegetation cover (49.61%) falls below the legal requirements established for the Legal Amazon. This scenario highlights limitations in the effectiveness of environmental policies and in the implementation of territorial planning instruments.

The objective of the article is to analyze the legal-institutional framework, territorial management instruments, and cross-cutting public policies that underpin and operationalize the unit's Management Plan, identifying its normative bases, participation mechanisms, and interinstitutional coordination.

The methodology adopted is qualitative, exploratory, and descriptive in nature, based on documentary and bibliographic analysis. The study employs a hermeneutic-normative approach to examine the decree that established the unit, the Management Plan, and related legislation at the federal, state, and municipal levels, in addition to engaging with theoretical frameworks on socio-environmental governance and multidimensional sustainability.

The main conclusions indicate that the APATX Management Plan is grounded in a robust normative architecture, integrating instruments such as the National and State Systems of Conservation Units, the Forest Code, and cross-cutting public policies (such as the Amazônia Agora Plan and Regulariza Pará). The adoption of combined strategies of command and control, land tenure regularization, technical assistance, and incentives for productive restoration is highlighted. However, the effectiveness of these actions depends on the consolidation of social participation, interinstitutional coordination, and the stability of public policies. It is concluded that the governance of APATX should be understood as a continuous process of mediating interests, whose success depends on the ability to translate the normative framework into concrete outcomes of conservation and sustainable development, in which intergenerational protection must be consolidated as a guiding principle of public policies and sustainable development strategies in the territory.

Keywords: socio-environmental governance; public policies; sustainability; conservation units; territorial planning.

EFETIVIDADE NO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NAS CONCESSÕES FLORESTAIS: BLOCKCHAIN, CONTROLE SOCIAL E A GOVERNANÇA 4.0 (DIGITAL) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AMBIENTAL

Effectiveness of the Transparency Principle in Forest Concessions: Blockchain, Social Accountability, and Governance 4.0 (Digital) in Environmental Public Administration

Leticia Corrêa Coutinho¹

Este artigo analisa a aplicabilidade e os benefícios da implementação da tecnologia blockchain como instrumento de monitoramento e controle das concessões florestais no Brasil, no âmbito da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei n.º 11.284/2006). O atual modelo fiscalizatório dos contratos de concessões florestais enfrenta déficits qualitativos, referente a transparência, rastreabilidade e integridade dos dados, considerando a discordância de informações entre os contratantes e ainda a vulnerabilidade a fraudes nos registros dos ativos verdes, comprometendo a efetividade da gestão ambiental de atribuição da administração pública. Deste modo, garantir a imutabilidade, o processo de auditoria e o acesso público aos dados e informações relacionados à exploração das florestas concedidas que é possibilitado através da tecnologia de blockchain é uma medida estatal essencial, que fortalece os mecanismos de controle social e de conformidade administrativa.

O problema de pesquisa consiste em verificar a forma e a capacidade que a tecnologia blockchain pode alcançar e suprir as lacunas de integridade de dados e de controle social no monitoramento das concessões florestais pela Administração Pública brasileira. A justificativa deste projeto se baseia na necessidade de adequação e transição da administração pública a governança digital, consoante com as exigências internacionais, tais como o Regulamento da UE para Produtos Livres de Desmatamento-EUDR, para viabilizar a prevenção e combate a desvios de finalidade das concessões florestais, bem como à degradação ambiental. O objetivo geral da investigação é demonstrar que o avanço qualitativo na governança ambiental é alcançável por meio da adoção do blockchain no âmbito do Sistema Federal de Manejo Florestal-SFBM e do Serviço Florestal Brasileiro-SFB, cuja tecnologia de registro de dados é necessária e compatível com os princípios constitucionais

¹ Bacharelado em Direito pela Universidade da Amazônia - UNAMA. E-mail: leticoutcor03@gmail.com

da publicidade, eficiência e transparência, constantes no artigo 37 da Constituição Federal do Brasil, bem como com as diretrizes da Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021) sobre governança nas contratações públicas.

A metodologia de pesquisa é teórica, utilizando-se de busca bibliográfica e documental, com análise de legislações federais, tais como as Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei n.º 11.284/2006), Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021), Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), legislação internacional (Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento-EUDR, em vigor desde o ano de 2023), doutrina jurídica especializada em direito Administrativo e direito Ambiental e literatura técnica sobre a tecnologia de blockchain aplicada à governança pública. As principais conclusões indicam que a imutabilidade dos registros em cadeia de blocos confere maior confiabilidade aos dados de exploração florestal, reduz o desencontro de informações entre o poder concedente e os concessionários, e potencializa o exercício do controle social e do controle externo pelos órgãos de fiscalização. Portanto, a implementação do blockchain ao monitoramento das concessões florestais representa uma medida administrativa que visa a boa governança pública contemporânea e concretiza o princípio da transparência e eficiência no âmbito da Administração Pública Ambiental.

Palavras-chave: Concessões Florestais; Governança Digital; Blockchain; Controle Social; Transparência; Eficiência; Administração Pública Ambiental.

This article analyzes the applicability and benefits of implementing blockchain technology as a tool for monitoring and controlling forest concessions in Brazil, within the framework of the Public Forest Management Law (Law No. 11,284/2006). The current oversight model for forest concession contracts faces qualitative deficits regarding transparency, traceability, and data integrity, given the information asymmetry between contracting parties and the vulnerability to fraud in green asset records, which compromises the effectiveness of environmental management under public administration. Thus, ensuring immutability, auditability, and public access to data related to the exploitation of granted forests—enabled by blockchain technology—is an essential state measure that strengthens social accountability mechanisms and administrative compliance.

The research problem consists of verifying how and to what extent blockchain technology can bridge gaps in data integrity and social oversight in the monitoring of forest concessions by the Brazilian Public Administration. The justification for this study is based

on the need for the public administration to transition toward digital governance in alignment with international requirements, such as the EU Deforestation Regulation (EUDR), to enable the prevention and combat of purpose deviation in forest concessions and environmental degradation. The general objective of the investigation is to demonstrate that a qualitative advancement in environmental governance is achievable through the adoption of blockchain within the Federal Forest Management System (SFBM) and the Brazilian Forest Service (SFB). This data registration technology is necessary and compatible with the constitutional principles of publicity, efficiency, and transparency set forth in Article 37 of the Brazilian Constitution, as well as with the governance guidelines for public procurement in the Bidding and Contracts Law (Law No. 14,133/2021).

The research methodology is theoretical, employing bibliographic and documentary research, with an analysis of federal legislation (Law No. 11,284/2006, Law No. 14,133/2021, Law No. 12,527/2011), international law (EU Deforestation Regulation EUDR), specialized legal doctrine in Administrative and Environmental Law, and technical literature on blockchain applied to public governance. The main conclusions indicate that the immutability of distributed ledger records confers greater reliability to forest exploitation data, reduces information misalignment between the granting authority and concessionaires, and enhances the exercise of social accountability and external control by oversight bodies. Therefore, the integration of blockchain into the monitoring of forest concessions represents an administrative measure aimed at contemporary good public governance, materializing the principles of transparency and efficiency within Environmental Public Administration.

Keywords: Forest Concessions; Digital Governance; Blockchain; Social Accountability; Transparency; Efficiency; Environmental Public Administration.

A INFLUÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE (LC N° 225/2026) NA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS-ADMINISTRADORES: O ENDURECIMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DO “DEVEDOR CONTUMAZ” E A NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DO SÓCIO

Luís Edwilson Frazão Junior¹

José Anijar Fragoso Rei²

A responsabilidade tributária dos sócios-administradores tem se consolidado como um dos temas mais sensíveis do Direito Tributário contemporâneo, sobretudo diante da necessidade de equilibrar a efetividade da arrecadação estatal com a preservação da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas. Nesse contexto, a promulgação do Código de Defesa do Contribuinte (LC n° 225/2026) inaugura um novo paradigma normativo, ao estabelecer critérios mais rigorosos para a identificação do denominado “devedor contumaz” e ao ampliar os instrumentos de atuação do Fisco no redirecionamento da execução fiscal. A problemática central deste estudo consiste em compreender em que medida o endurecimento dessa classificação contribui para o aumento da responsabilização pessoal dos sócios-administradores, especialmente em hipóteses que envolvem atos fraudulentos, e quais são os impactos dessa ampliação sobre os princípios da segurança jurídica, do devido processo legal e da livre iniciativa.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os efeitos da LC n° 225/2026 sobre a responsabilidade tributária dos sócios-administradores, com ênfase na redefinição do conceito de devedor contumaz e na ampliação das hipóteses de redirecionamento da execução fiscal. De forma específica, busca-se examinar os critérios normativos introduzidos pela nova legislação, compreender os limites da responsabilização pessoal dos administradores e investigar se as mudanças promovidas contribuem para a distinção entre inadimplemento eventual e condutas fraudulentas reiteradas. Pretende-se, ainda, avaliar se tais inovações reforçam ou fragilizam a segurança jurídica nas relações entre Fisco e contribuinte.

¹ Graduando em Direito. E-mail: lefrazaojr.adv@gmail.com

² Doutor em direito pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito pela UFPA. Professor da Unama. Defensor Público do Estado do Pará. E-mail: jose_rei@hotmail.com

A pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando o método hipotético-dedutivo e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, com base na análise da legislação, doutrina especializada e entendimentos jurisprudenciais. Além da fundamentação teórica, o estudo incorpora a análise de hipóteses fático-jurídicas de incidência da questão. A primeira refere-se à caracterização do devedor contumaz por meio da prática reiterada de inadimplemento tributário associada à constituição sucessiva de pessoas jurídicas com o intuito de frustrar a cobrança fiscal, situação em que a LC nº 225/2026 tende a legitimar o redirecionamento da execução fiscal ao sócio administrador, diante da presunção de comportamento abusivo. A segunda hipótese diz respeito à ocorrência de atos fraudulentos, como a omissão deliberada de receitas e a utilização de interpostas pessoas para ocultação patrimonial, hipótese em que a nova legislação fortalece os mecanismos de responsabilização pessoal e amplia as possibilidades de desconsideração da personalidade jurídica.

Como resultado provisório, vislumbra-se que o Código de Defesa do Contribuinte, embora concebido como instrumento de proteção de direitos, também promove um fortalecimento significativo da atuação estatal no combate a práticas tributárias abusivas. O endurecimento da classificação do devedor contumaz contribui para diferenciar o contribuinte eventual inadimplente daquele que adota condutas reiteradas e fraudulentas, legitimando, nesses casos, a adoção de medidas mais rigorosas, como o redirecionamento da execução fiscal aos sócios-administradores. Contudo, verifica-se que a ampliação desses mecanismos exige aplicação criteriosa, a fim de evitar a responsabilização automática e preservar os princípios do devido processo legal, da ampla defesa, especialmente manifestos no art. 12 da referida lei, e da segurança jurídica. Ainda, as hipóteses de caracterização de determinada pessoa jurídica como devedora contumaz não devem levar automaticamente à responsabilização e ao mesmo enquadramento ao sócio, não devendo ser abandonados os requisitos previstos nos arts. 134 e 135 do CTN. Conclui-se, portanto, que a LC nº 225/2026 pode representar um avanço na sistematização das relações tributárias, desde que interpretada de forma equilibrada, assegurando que a responsabilização dos administradores ocorra apenas quando comprovada a prática de atos ilícitos, especialmente fraudes, e não como mera consequência do inadimplemento tributário.

Palavras-chave: Responsabilidade tributária; Sócio administrador; Devedor contumaz; Código de Defesa do Contribuinte; Fraude tributária.

A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NA 2ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE SÃO LUÍS/MA: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO¹

The execution of security measures at the 2nd criminal execution court of São Luís/MA: a methodological analysis based on a case study

Esther Silva de Araujo²

O presente estudo investiga o emprego do estudo de caso como estratégia metodológica na pesquisa jurídica, tendo como referência empírica a execução das medidas de segurança na 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís/MA no período 2023–2025. Parte-se da hipótese de que o estudo de caso revela a distância entre a previsão normativa e a realidade institucional, permitindo identificar obstáculos estruturais que comprometem a efetividade das medidas de segurança destinadas a pessoas inimputáveis ou semi-imputáveis, bem como as consequências práticas dessa lacuna normativa para a garantia de direitos fundamentais.

O objetivo central é analisar o potencial metodológico do estudo de caso para produzir conhecimento jurídico crítico e contextualizado, com objetivos específicos de discutir fundamentos epistemológicos, descrever e operacionalizar procedimentos de coleta e análise aplicáveis à execução penal e demonstrar como evidências empíricas podem iluminar lacunas institucionais e orientar propostas de aprimoramento das práticas judiciais e administrativas.

Adota-se abordagem qualitativa e raciocínio indutivo, combinando revisão bibliográfica especializada, análise documental de decisões judiciais, relatórios institucionais e dados administrativos e, quando viável, entrevistas semiestruturadas com atores institucionais, profissionais de saúde mental e técnicos envolvidos na execução penal, de modo a captar tanto a dimensão normativa quanto as práticas cotidianas que condicionam a implementação das medidas. Metodologicamente privilegia-se técnicas descritivas e sociojurídico-críticas que articulam norma e fato, buscando construir categorias analíticas

¹ Resumo Expandido produzido no âmbito da Disciplina de Metodologia da Pesquisa no Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão (PPGDIR/UFMA).

² Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (PPGDIR/UFMA). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Escola Superior de Advocacia da OAB/MA. Advogada. E-mail: esther.araujo@discente.ufma.br.

capazes de mapear tensões entre dispositivos legais, práticas administrativas, recursos materiais e condições de infraestrutura.

Espera-se identificar, entre outros achados, a insuficiência de estabelecimentos especializados, a carência de equipes multiprofissionais, lacunas na articulação interinstitucional, deficiências na capacitação técnica dos atores e sobrecarga administrativa que dificultam a concretização dos fins preventivos e ressocializadores das medidas de segurança, bem como práticas procedimentais e culturais que reproduzem exclusões e fragilizam garantias processuais.

A partir desses achados, o trabalho propõe recomendações de gestão judicial e, quando pertinente, de política pública voltadas à melhoria da execução; incluindo propostas de articulação interinstitucional, formação continuada, protocolos de atuação e mecanismos de monitoramento; além de diretrizes metodológicas para pesquisas futuras que articulem rigor teórico e sensibilidade institucional. Em termos acadêmicos, o estudo pretende fortalecer abordagens empíricas na pesquisa jurídica, fomentar interlocução entre direito, sociologia e políticas públicas e contribuir para a área de Acesso à Justiça, evidenciando como barreiras institucionais comprometem o exercício efetivo de direitos por pessoas submetidas a medidas de segurança e apontando medidas práticas para reduzir essa distância.

Palavras-chave: medidas de segurança; estudo de caso; execução penal; acesso à justiça; pesquisa jurídica.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: AS CONDENAÇÕES INJUSTAS NO ESTADO DO PARÁ À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Unjust Convictions in the State of Pará and Human Dignity: an analysis of structural failures and reparation mechanisms

Fernanda Aline de Amorim Carvalho

Jeferson Antonio Fernandes Bacelar

Este artigo analisa a problemática das condenações injustas no Estado do Pará sob a égide do princípio da dignidade da pessoa humana, pilar fundamental da Constituição Federal de 1988. Investiga-se como a ineficiência estatal e as deficiências estruturais do sistema de justiça criminal paraense — caracterizadas pelo uso excessivo da prisão preventiva, fragilidade na produção probatória e seletividade penal — culminam na violação de direitos fundamentais básicos, como a liberdade e a integridade moral. O estudo utiliza a base doutrinária de Ingo Wolfgang Sarlet para discutir a dignidade como limite à atuação punitiva do Estado, contrastando o dever constitucional de proteção com a realidade das falhas institucionais. Aborda-se, ainda, a insuficiência dos mecanismos indenizatórios previstos no art. 5º, inciso LXXV, da CF/88, que muitas vezes não conseguem restaurar plenamente a dignidade do indivíduo vitimado pelo erro judiciário.

O problema proposto consiste em identificar de que forma as falhas estruturais do sistema de justiça criminal no Pará contribuem para condenações injustas e como essas falhas violam o princípio da dignidade da pessoa humana. O objetivo da investigação é demonstrar que o erro judiciário não é um evento isolado, mas o resultado de um sistema penal fragilizado que exige o fortalecimento das garantias processuais e o aprimoramento dos mecanismos de reparação estatal.

A metodologia de pesquisa possui natureza qualitativa, com abordagem dedutiva, baseando-se em análise bibliográfica e documental de normas constitucionais, doutrina clássica e jurisprudência. As principais conclusões indicam que as condenações injustas no Pará evidenciam uma crise de efetividade das garantias constitucionais, onde a morosidade

e o desequilíbrio na defesa técnica potencializam o risco de erros. Destaca-se que a reparação por erro judiciário deve transcender a compensação financeira, exigindo políticas públicas de reintegração social e assistência psicológica para garantir a restauração concreta da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; Condenações injustas; Erro judiciário; Estado do Pará; Direitos fundamentais; Sistema de justiça criminal.

**COMPLIANCE EDUCACIONAL NAS ESCOLAS PARTICULARES:
GOVERNANÇA, RELAÇÕES PRIVADAS E EFETIVIDADE DO DIREITO
FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

*Educational Compliance In Private Schools: Governance, Private Relationships, And The Effectiveness Of
The Fundamental Right To Quality Education*

Alberto Papaléo Paes¹

Tainah Fernandes Pereira²

O presente artigo analisa o papel do compliance educacional nas instituições privadas de ensino como instrumento de promoção da qualidade da educação e de efetivação do direito fundamental à educação. Parte-se da problemática dos limites e das possibilidades de atuação das escolas particulares no contexto das relações privadas, considerando a incidência dos direitos fundamentais nessas relações. Adota-se abordagem qualitativa, de natureza teórico-dogmática, fundamentada na análise da legislação educacional brasileira, da doutrina jurídica e de referenciais teóricos interdisciplinares, com destaque para as contribuições de Ingo Wolfgang Sarlet, Hannah Arendt e Amartya Sen, além das diretrizes internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, especialmente no âmbito da Agenda 2030.

O estudo evidencia que o compliance educacional, ao integrar mecanismos de governança, gestão de riscos e conformidade normativa, ultrapassa a função meramente regulatória, assumindo caráter estratégico na organização institucional das escolas privadas. Nesse contexto, demonstra-se que sua implementação contribui para a construção de ambientes escolares mais éticos, inclusivos e eficientes, favorecendo não apenas a segurança jurídica, mas também a melhoria dos processos pedagógicos e administrativos. Além disso, o artigo aponta que o compliance pode atuar como instrumento de promoção da equidade, da transparência e da responsabilidade institucional.

¹ Coordenador do Programa de Pós Graduação em Direitos Fundamentais da Universidade da Amazônia – UNAMA/SER Educacional. Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Pará. E-mail: alberto.papaleo@unama.br

² Mestranda do Curso de Direito da Universidade da Amazônia – UNAMA/SER Educacional, sob orientação do professor Doutor Alberto de Moraes Papaléo Paes. E-mail: taifcanizo@gmail.com

Conclui-se que sua adoção, quando estruturada de forma adequada e adaptada às especificidades de cada instituição, constitui mecanismo relevante de mediação entre a autonomia privada e a efetividade do direito à educação de qualidade.

Palavras-chave: Compliance Educacional; Escolas Particulares; Direito À Educação; Governança; Qualidade Do Ensino.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM BELÉM: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 11

Solid waste management in Belém: an analysis of the effectiveness of public policies in light of Sustainable Development Goal 11

André Anttônio Lima Lopes¹

Alberto de Moraes Papaleo Paes²

Este trabalho analisa a relação entre sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, com foco na efetividade das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos no município de Belém/PA. Nessa perspectiva, parte-se de uma contextualização histórica que evidencia como o desenvolvimento econômico, intensificado desde a Revolução Industrial, ocorreu sem a devida preocupação ambiental, resultando em impactos ecológicos significativos (AIRES; RAVENA; CASTRO, 2024). Nesse cenário, destaca-se a criação da Agenda 2030, estabelecida pela ONU, como marco global para promoção do desenvolvimento sustentável, estruturada em objetivos que integram dimensões sociais, econômicas e ambientais (FREIRE; MORAES, 2019).

O problema proposto consiste em compreender como as políticas públicas municipais de gestão de resíduos sólidos em Belém/PA atendem aos postulados do ODS 11 e se alinham ao ideal de sustentabilidade urbana, para a efetivação de direitos fundamentais. Além do mais, o objetivo geral da pesquisa é investigar a efetividade de políticas públicas e a articulação delas com o desenvolvimento sustentável, considerando que a sustentabilidade

¹ Mestrando em Direito Fundamentais pela Universidade da Amazônia. Advogado. Pós Graduado em Direito Previdenciário e Prática Trabalhista pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. E-mail: alimasadvogados@gmail.com

² Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará. Advogado, Professor do Programa de Pós-graduação em Gestão do Conhecimento e da Graduação em Direito da Universidade da Amazônia. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos de Hermenêutica Constitucional (GEHC) e Efetividade dos Direitos Fundamentais no Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais da Universidade da Amazônia. E-mail: alberto.papaleo@unama.br

urbana demanda integração entre planejamento público e justiça socioambiental (SACHS, 2009; REYMÃO; VERBICARO, 2021).

Outrossim, a pesquisa fundamenta-se em um referencial teórico interdisciplinar que articula direitos humanos, direitos fundamentais, desenvolvimento sustentável e meio ambiente ecologicamente equilibrado. Sendo assim, compreende-se que os direitos fundamentais representam valores essenciais à dignidade humana (SARLET, 2018), cuja força normativa decorre tanto de sua previsão constitucional quanto de seu conteúdo axiológico (ALEXY, 2008). Assim, a proteção ambiental, prevista no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, constitui um direito fundamental que impõe deveres ao Estado e à coletividade (BRASIL, 1988). Igualmente, autores como Benjamin (2013) defendem que a natureza possui valor intrínseco, devendo ser protegida para além de uma visão utilitarista.

Sob essa perspectiva, a gestão inadequada de resíduos sólidos pode ser compreendida como uma violação de direitos fundamentais humanos, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades sociais e precariedade sanitária (GONÇALVES et al., 2016). Em consequência, a baixa efetividade de políticas públicas nesse setor reflete problemas estruturais que impactam diretamente a qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental. Além disso, a visão crítica dos direitos humanos, defendida por autores como Herrera Flores (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2001), aponta que a concretização desses direitos depende de práticas sociais e políticas efetivas, e não apenas da positivação normativa.

A metodologia adotada é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo (GIL, 2002), combinando revisão bibliográfica e análise documental, uma vez que o estudo inclui a análise de legislações relevantes, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), além de documentos institucionais e decisões judiciais junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

As conclusões esperadas apontam para a identificação de lacunas na implementação das políticas públicas de resíduos sólidos em Belém, bem como para o mapeamento de potencialidades capazes de promover maior alinhamento com os eixos de biodiversidade e meio ambiente dos ODS. Por fim, destaca-se a necessidade de integração entre poder público e sociedade civil, fortalecimento da coleta seletiva e valorização dos catadores como agentes

fundamentais no processo de sustentabilidade urbana (SANTOS et al., 2022), visando garantir maior efetividade na proteção ambiental e na promoção de direitos humanos.

Palavras-chaves: gestão de resíduos sólidos; ODS 11; Sustentabilidade urbana; Políticas públicas; Direitos fundamentais.

A GOVERNANÇA DA SUSTENTABILIDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA A PARTIR DE ESTUDO DE CASO LOCAL

The governance of sustainability and implementation of global policies: a methodological analysis based on a local case study

Esther Silva de Araujo¹

O presente estudo investiga o emprego do estudo de caso como estratégia metodológica para analisar a implementação local de políticas de sustentabilidade no âmbito da governança global, tendo como referência empírica iniciativas e práticas administrativas em São Luís/MA no período 2023–2025. Parte-se da hipótese de que o estudo de caso evidencia a distância entre previsões normativas internacionais e a realidade institucional local, permitindo identificar obstáculos estruturais que comprometem a efetividade de políticas ambientais e socioambientais e as consequências práticas dessa lacuna normativa para a garantia de direitos socioambientais e participação cidadã.

O objetivo central é avaliar o potencial metodológico do estudo de caso para produzir conhecimento crítico e contextualizado sobre a implementação de agendas de sustentabilidade, com objetivos específicos de discutir fundamentos epistemológicos, descrever e operacionalizar procedimentos de coleta e análise aplicáveis à governança ambiental local e demonstrar como evidências empíricas podem iluminar lacunas institucionais e orientar propostas de aprimoramento de práticas administrativas e de políticas públicas.

Foi escolhida abordagem qualitativa e raciocínio indutivo, combinando revisão bibliográfica especializada, análise documental de planos, normas e relatórios institucionais, dados administrativos e, quando viável, entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, representantes da sociedade civil, técnicos ambientais e atores de organismos multilaterais, de modo a captar tanto a dimensão normativa quanto às práticas cotidianas que condicionam a implementação das políticas.

¹ Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (PPGDIR/UFMA). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Escola Superior de Advocacia da OAB/MA. Advogada. E-mail: esther.araujo@discente.ufma.br.

Metodologicamente privilegia-se técnicas descritivas e sociojurídicas-críticas que articulam norma e fato, buscando construir categorias analíticas capazes de mapear tensões entre dispositivos normativos, práticas administrativas, recursos materiais e condições de infraestrutura. Espera-se identificar, entre outros achados, insuficiência de infraestrutura e de espaços de gestão ambiental, carência de equipes multiprofissionais, lacunas na articulação interinstitucional e entre níveis de governo, deficiências na capacitação técnica dos atores e sobrecarga administrativa que dificultam a concretização de metas de sustentabilidade, bem como práticas procedimentais e culturais que limitam a participação comunitária e fragilizam garantias de justiça ambiental.

A partir desses achados, o trabalho propõe recomendações de gestão pública e de política pública voltadas à melhoria da implementação; incluindo propostas de articulação interinstitucional, formação continuada, protocolos de atuação, mecanismos de monitoramento participativo e instrumentos de transparência e responsabilização; além de diretrizes metodológicas para pesquisas futuras que articulem rigor teórico e sensibilidade institucional. Em termos acadêmicos, o estudo pretende fortalecer abordagens empíricas na pesquisa sobre governança da sustentabilidade, fomentar interlocução entre direito, ciência política, sociologia e políticas públicas e contribuir para a área de Acesso à Justiça Ambiental, evidenciando como barreiras institucionais comprometem o exercício efetivo de direitos socioambientais e apontando medidas práticas para reduzir essa distância.

Palavras-chave: sustentabilidade; estudo de caso; implementação de políticas; articulação interinstitucional; monitoramento.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL E TRABALHO DIGITAL: A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA COMO DIREITO HUMANO NA ERA DAS PLATAFORMAS

Social sustainability and digital work: Brazilian social: digital work and social sustainability: social security protection as a human right in the platform age

Alberto de Moraes Papaleo Paes¹

Daniele Mafra Fernandes²

Este artigo explora a proteção previdenciária como direito humano na era das plataformas digitais na Amazônia, coloca em debate a proteção social previdenciária dos trabalhadores destas grandes empresas digitais. Examina a relação de condição de vida dos trabalhadores tanto no âmbito do direito do trabalho digital, bem como na área de direito previdenciário sob o viés da sustentabilidade social. Ademais, este artigo observa como a rede de proteção da previdenciária irá inserir o trabalhador digital no sistema de seguridade social brasileiro para que assim possa garantir a efetivação dos direitos humanos fundamentais, uma vez que a informalidade e a falta de vínculo tradicional de trabalho dificultam no acesso a garantia da justiça social.

O problema proposto é verificar se há efetividade dos direitos sociais previdenciários do sistema jurídico brasileiro em relação aos trabalhadores de plataformas digitais, visto que trata-se do trabalho digital e se assegura o acesso a previdência social como ferramenta de desenvolvimento sustentável e direito humano fundamental.

A presente pesquisa tem como metodologia a abordagem qualitativa, bibliográfica e documental por meio da verificação da análise de trabalhos científicos pesquisados na base de dados google acadêmico com termos trabalho digital, sustentabilidade sustentável, plataformas digitais. Além disso, verificou-se que há lacuna quanto ao conceito de

¹ Doutor em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Coordenador do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Direitos Fundamentais (PPGDF); (PPGDF-UNAMA). Professor Adjunto e Titular da Unama do curso de Direito e Coordenador do Mestrado em Direito da PPGDF. E-mail: Alberto.papaleo@unama.br.

² Mestranda em Direitos Fundamentais pela Unama. Bolsista CNPQ. Pós-graduada em Direito do Trabalho pela ESA – OAB/MG. Pós-graduação em Direito Previdenciário em andamento pela ESA Nacional. Graduada em Direito Unama, Belém/Pa. Advogada. Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. E-mail: danielemafradvogada@gmail.com.

sustentabilidade social que é pouco debatido sob a perspectiva na era digital aplicado aos trabalhadores de plataformas digitais.

As principais conclusões apontam que há fragilidade quanto ao sistema de proteção social previdenciário brasileiro é vinculado ao sistema de emprego formal tradicional, com dificuldade de inserção de trabalhadores de plataformas, também cabe ressaltar que com o crescimento do trabalho digital, houve um aumento expressivo de trabalhadores sem acesso a cobertura previdenciária. Por fim, outra conclusão é que com a modernização das relações trabalhistas e previdenciárias deve se reconhecer novas formas de trabalho e contribuições que se amoldem com a realidade digital na Amazônia.

Palavras-chave: Sustentabilidade Social. Direitos Humanos. Trabalho Digital. Plataformas. Proteção Previdenciária.

A TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS COMO MÉTODO DE PESQUISA NO DIREITO E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Grounded Theory as a research method in Law and its application to the study of New Technologies for Access to Justice

Iúri de Sousa Furtado¹

A crescente complexidade das dinâmicas sociais, aliada à intensificação do uso de tecnologias no sistema de justiça, tem impactado diretamente as formas de concretização do direito fundamental de acesso à justiça, compreendido como garantia constitucional prevista no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Nesse cenário, os modelos tradicionais de produção do conhecimento jurídico, historicamente marcados por abordagens dogmáticas, mostram-se insuficientes para compreender como tais tecnologias influenciam, ampliam ou restringem o acesso efetivo dos jurisdicionados. Torna-se, assim, necessária a incorporação de métodos empíricos capazes de apreender o fenômeno jurídico em sua concretude, considerando as práticas, percepções e interações dos sujeitos envolvidos.

A presente pesquisa problematiza em que medida a Teoria Fundamentada nos Dados (Grounded Theory) pode ser compreendida como método de pesquisa no campo jurídico e de que forma sua aplicação permite captar os sentidos, limites e contradições relacionados à efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, especialmente diante da incorporação de novas tecnologias no âmbito do Judiciário trabalhista. Parte-se da hipótese de que esse método possibilita a construção de categorias interpretativas ancoradas na realidade empírica, contribuindo para uma compreensão mais crítica, contextualizada e sensível das transformações em curso no sistema de justiça.

O objetivo do estudo consiste em analisar a pertinência da Teoria Fundamentada nos Dados como estratégia metodológica no Direito, com ênfase na sua aplicação ao estudo das tecnologias no sistema de justiça e seus impactos sobre o acesso à justiça. Para tanto, a pesquisa adota o método de abordagem indutivo, associado aos métodos de procedimento

¹ Mestrando em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (PPGDIR/UFMA). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Católica Dom Bosco. Analista Judiciário do TRT da 16ª Região. E-mail: iuri.furtado@discente.ufma.br

jurídico-descritivo e diagnóstico, utilizando como técnicas a revisão bibliográfica e a análise documental de dados relacionados ao uso de ferramentas tecnológicas no âmbito judicial.

Do ponto de vista teórico, a investigação insere-se no campo da pesquisa empírica em Direito, destacando a Grounded Theory como abordagem qualitativa orientada à construção de categorias analíticas a partir da interação sistemática com os dados. Trata-se de um método que rompe com a lógica hipotético-dedutiva tradicional, permitindo que a teoria emergja da análise comparativa contínua dos dados empíricos, mediante procedimentos como codificação, comparação constante e construção progressiva de categorias. Tal perspectiva favorece a elaboração de teorias substantivas enraizadas em contextos concretos, especialmente relevantes para a compreensão de fenômenos jurídicos complexos.

No âmbito jurídico, essa abordagem revela-se especialmente relevante para superar a tradicional dissociação entre teoria e empiria, permitindo uma análise mais sensível às práticas institucionais e às experiências dos sujeitos. A aplicação da Teoria Fundamentada nos Dados ao estudo das tecnologias no sistema de justiça possibilita apreender não apenas seus efeitos formais, mas também os significados produzidos pelos atores envolvidos, bem como as tensões, limitações e desigualdades que podem emergir no processo de digitalização do acesso à justiça.

Como resultados esperados, busca-se evidenciar que a adoção de métodos empiricamente orientados amplia a capacidade analítica da pesquisa jurídica, contribuindo para a construção de interpretações mais densas e contextualizadas. Espera-se, ainda, identificar padrões interpretativos relacionados às práticas institucionais, às percepções dos jurisdicionados e às dinâmicas operacionais decorrentes da incorporação tecnológica, oferecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas e práticas institucionais voltadas à ampliação e efetivação do acesso à justiça em contextos marcados pela inovação tecnológica.

A análise empreendida permite sustentar que a Teoria Fundamentada nos Dados apresenta elevado potencial como método de pesquisa no Direito. Destaca-se, sobretudo, sua capacidade de viabilizar a articulação dinâmica entre teoria e realidade, contribuindo para o fortalecimento das abordagens empíricas e para uma compreensão mais crítica das transformações contemporâneas no sistema de justiça, especialmente no que se refere à garantia do acesso à justiça.

Palavras-chave: Teoria Fundamentada nos Dados; Acesso à Justiça; Pesquisa Empírica no Direito; Novas Tecnologias; Sistema de Justiça.

ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO AOS TRIBUNAIS: A QUESTÃO DA IRRECORRIBILIDADE “ORDINÁRIA” AOS TRIBUNAIS ESTADUAIS

Tax arbitration and the fundamental right of access to the courts: the question of "ordinary" non-appealability to state courts

Ronaldo Medeiros

Resumo: Este artigo investiga a crise na concretização do princípio fundamental de acesso ao direito e a tutela jurisdicional efetiva no ordenamento jurídico português, sobretudo devido às delongas desarrazoadas na prolação de uma decisão, designadamente de natureza tributária, o que compromete outra dimensão desse princípio – o direito fundamental de obter uma decisão em prazo razoável.

Em face dessa crise da efetivação da tutela jurisdicional, foi introduzido no ordenamento jurídico português, como meio alternativo e jurisdicional de resolução de conflitos, o regime jurídico da arbitragem em matéria tributária (RJAT), através do Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, que obrigatoriamente vincula a Autoridade Tributária e Aduaneira à jurisdição desses tribunais arbitrais, os quais devem funcionar, necessariamente, sob a égide do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

O problema de pesquisa proposto é investigar a constitucionalidade desse meio alternativo de resolução de conflitos em face da regra da definitividade de suas decisões arbitrais, a qual impede o recurso “ordinário” aos tribunais estaduais previsto no art. 20.º, n.º 1, da CRP.

A metodologia de pesquisa utiliza o método de direito comparado com vista a evidenciar convergências e divergências quanto à constitucionalidade, ou não, da irrecorribilidade “ordinária” na Arbitragem Tributária portuguesa, como justificação à inclusão de tal regra nas propostas de introdução de um regime jurídico de arbitragem tributária em tramitação no Congresso Nacional brasileiro.

Apenas vislumbramos a constitucionalidade da regra da definitividade das decisões arbitrais e a consequente limitação de recurso aos tribunais estaduais – direito de acesso à justiça –, nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro, em face de um juízo de máxima proporcionalidade das possibilidades jurídicas e fáticas do caso concreto, em relação a outros direitos fundamentais de igual matiz constitucional, designadamente, os princípios da

autonomia privada e da tutela jurisdicional efetiva de se obter uma decisão justa em prazo razoável.

Palavras-chave: Direito Constitucional; Regime Jurídico da Arbitragem Tributária em Portugal; Definitividade das decisões arbitrais; Direito fundamental de acesso aos tribunais; Sopesamento de princípios fundamentais.

Abstract: This article investigates the crisis in the implementation of the fundamental principle of access to law and effective judicial protection in the Brazilian legal system, mainly due to unreasonable delays in issuing a decision, particularly of a tax nature, which compromises another dimension of this principle – the fundamental right to obtain a decision within a reasonable time.

In the face of this crisis in the effectiveness of judicial protection, the legal regime of arbitration in tax matters (RJAT) was introduced into the Portuguese legal system as an alternative and jurisdictional means of dispute resolution, through Decree-Law No. 10/2011, of January 20, which obligatorily binds the Tax and Customs Authority to the jurisdiction of these arbitration tribunals, which must necessarily operate under the aegis of the Administrative Arbitration Center (CAAD).

The proposed research problem is to investigate the constitutionality of this alternative means of conflict resolution in light of the rule of finality of its arbitral decisions, which prevents the "ordinary" appeal to state courts provided for in Article 20, No. 1, of the CRP.

The research methodology uses the comparative law method in order to highlight convergences and divergences regarding the constitutionality, or not, of the "ordinary" non-appealability in Brazilian Tax Arbitration, as justification for the inclusion of such a rule in the proposals for the introduction of a legal regime for tax arbitration currently being processed in the Brazilian National Congress.

We only glimpse the constitutionality of the rule of finality of arbitral decisions and the consequent limitation of appeals to state courts – the right of access to justice – in the Portuguese and Brazilian legal systems, in light of a judgment of maximum proportionality of the legal and factual possibilities of the specific case, in relation to other fundamental rights of equal constitutional importance, namely, the principles of private autonomy and effective judicial protection to obtain a fair decision within a reasonable time.

Keywords: Constitutional Law; The Legal Regime of the Arbitration Tax in Portugal; Definitivity of arbitration awards; Fundamental right of access to the courts; Balancing of fundamental principles.

CONFLITOS ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DIREITO AO MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

Marcos Rodrigues Ferreira¹

O trabalho propõe examinar de que forma o Poder Judiciário no Brasil tem solucionado os conflitos entre o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os interesses de desenvolvimento econômico. Em que medida as decisões judiciais conseguem equilibrar esses valores sem comprometer a proteção ambiental prevista na Constituição Federal de 1988?

O objetivo geral é analisar como os tribunais brasileiros têm decidido no que concerne os conflitos entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, identificando os principais critérios utilizados para a ponderação desses direitos fundamentais.

Como objetivos específicos, pretende-se: examinar decisões relevantes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça; Identificar os princípios jurídicos aplicados, como o desenvolvimento sustentável, a prevenção e a precaução; Avaliar se há predominância de proteção ambiental ou de interesses econômicos nas decisões; Verificar a coerência e evolução da jurisprudência ao longo do tempo.

A pesquisa será qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em: Revisão bibliográfica, com foco em direito constitucional e direito ambiental; Análise jurisprudencial, selecionando decisões emblemáticas do STF e do STJ sobre conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente; Análise normativa, com destaque para o artigo 225 da Constituição Federal; Método dedutivo, partindo de conceitos gerais (direitos fundamentais e desenvolvimento sustentável) para a análise de casos concretos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Direitos Fundamentais; Desenvolvimento Econômico; Direito ao Meio Ambiente; Análise Jurisprudencial; Conflitos entre Direitos; Direitos Fundamentais; Conflitos Socioambientais.

¹ Bacharel em Direito pela FACI WYDEN / Email: marcosrofe1@gmail.com

A análise inicial demonstra que o Judiciário brasileiro, especialmente o Supremo Tribunal Federal, tem adotado majoritariamente uma postura de ponderação entre os direitos em conflito, buscando harmonizar desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Observa-se a aplicação recorrente do princípio do desenvolvimento sustentável como critério de equilíbrio, evitando tanto a paralisação absoluta de atividades econômicas quanto a degradação ambiental irreversível.

Entretanto, verifica-se que, em casos de risco significativo ao meio ambiente, tende a prevalecer uma posição mais protetiva, fundamentada nos princípios da precaução e da prevenção. Por outro lado, há decisões que relativizam a proteção ambiental em nome de interesses econômicos estratégicos, especialmente em grandes obras de infraestrutura.

Conclui-se inicialmente que não há uma uniformidade absoluta na jurisprudência, mas sim uma tendência de fortalecimento da proteção ambiental como direito fundamental, ainda que condicionada a análises de proporcionalidade e razoabilidade. O desafio permanece na consolidação de critérios mais consistentes que garantam segurança jurídica e efetividade na tutela ambiental sem inviabilizar o desenvolvimento econômico.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E OS EFEITOS JURÍDICOS DA ALUCINAÇÃO: INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES

Generative Artificial Intelligence and the legal effects of hallucination: preliminary investigations

Amadeu dos Anjos Vidonho Junior¹

Frederico Antônio Lima de Oliveira²

Resumo: O presente artigo busca investigar os efeitos jurídicos das alucinações na Inteligência Artificial Generativa. Enquanto existente a possibilidade de os resultados gerados pela Inteligência Artificial Generativa apresentarem informações inverídicas ou criadas a partir de dados outros que não contêm ou não são compatíveis com as fontes que indica, causando consequências jurídicas na área do Direito, fenômeno também chamado de “alucinação”; há a necessidade de se categorizar os danos provocados. A relevância do tema está na repercussão jurídica da ocorrência de danos ocasionados em larga escala aos usuários dessa tecnologia. Utilizou-se o método dedutivo a partir de revisão bibliográfica e consulta às bases jurisprudenciais dos tribunais de justiça sobre a matéria. Em conclusão, foi possível verificar que uma das principais causas de dano não está nas “alucinações” em si, mas na falta de supervisão humana efetiva.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; alucinação; efeitos jurídicos; Direito; tecnologia

¹ Doutorando em Direito pela Atitus Educação Passo Fundo/FDV. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA, especialista em Direito pela UNESA/ESA/PA e Universidade da Amazônia – UNAMA, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Constituições, Estruturalismo e Novos Direitos – GEPCEND do Mestrado em Direitos Fundamentais (PPGDF) da Universidade da Amazônia – UNAMA. Membro da Rede de Pesquisas - Direitos Humanos, Sustentabilidade e Desenvolvimento Socioeconômico: Políticas Públicas, Efetividade Jurídica e Proteção Ambiental (www.rededh.com). Assessor Ministerial no Ministério Público do Estado do Pará – MPPA. E-mail: amadeuvidonho@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5323-2274>.

² Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP). Mestre em Direito Administrativo (UFPA). Pós-doutor em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Pós-doutorando pela Universidade de Curitiba – UNICURITIBA. Pós-doutorando pela Universidade Lusófona do Porto (Pt). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Constituições, Estruturalismo e Novos Direitos – GEPCEND do Mestrado em Direitos Fundamentais (PPGDF) da Universidade da Amazônia - UNAMA. Membro da Rede de Pesquisas - Direitos Humanos, Sustentabilidade e Desenvolvimento Socioeconômico: Políticas Públicas, Efetividade Jurídica e Proteção Ambiental (www.rededh.com). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará – MPE/PA. E-mail: ffoliveira10@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9297-2223>

Abstract: This article seeks to investigate the legal effects of hallucinations in Generative Artificial Intelligence. While there is the possibility that the results generated by Generative Artificial Intelligence present untrue information or created from other data that do not contain or are not compatible with the sources it indicates, causing legal consequences in the area of Law, a phenomenon also called "hallucination"; There is a need to categorize the damage caused. The relevance of the topic lies in the legal repercussion of the occurrence of large-scale damage to users of this technology. The deductive method was used from a bibliographic review and consultation of the jurisprudential bases of the courts of justice on the matter. In conclusion, it was possible to verify that one of the main causes of damage is not in the "hallucinations" themselves, but in the lack of effective human supervision.

Keywords: Artificial Intelligence; hallucination; legal effects; Law; Technology

LIMITES CONSTITUCIONAIS PARA O USO DO CARBONO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Constitutional Limits on Carbon Use in the Brazilian Amazon

Frederico Antônio Lima de Oliveira¹

Resumo: O presente artigo analisa os limites constitucionais relacionados ao uso do carbono na Amazônia, com foco na proteção ambiental e na sustentabilidade das práticas econômicas. O problema de pesquisa que orienta este estudo é: quais são os limites estabelecidos pela Constituição Brasileira em relação ao uso do carbono na Amazônia e como esses limites influenciam as políticas de conservação da região? A hipótese central é que a Constituição e as legislações infraconstitucionais impõem restrições que visam equilibrar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, assegurando a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. A metodologia utilizada combina análise qualitativa e revisão de documentos legais, com o estudo dos dispositivos constitucionais e das leis ambientais vigentes no Brasil. Os resultados indicam que, embora a Constituição consagre direitos relacionados ao meio ambiente, como o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, a aplicação desses limites enfrenta desafios significativos devido à pressão econômica e à falta de efetividade nas políticas de fiscalização. Conclui-se que os limites constitucionais do uso do carbono na Amazônia representam uma tentativa de promover a sustentabilidade e a proteção da biodiversidade, mas necessitam de maior fortalecimento e aplicação prática para que possam ser efetivos na preservação da região diante das ameaças de desmatamento e exploração desenfreada. A articulação entre os direitos constitucionais e as políticas públicas é essencial para garantir um futuro sustentável para a Amazônia.

Palavras-chave: Limites constitucionais; Uso do carbono; Amazônia; Proteção ambiental; Sustentabilidade.

¹ Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP). Mestre em Direito Administrativo (UFPA). Pós-doutor em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Pós-doutorando pela Universidade de Curitiba – UNICURITIBA. Pós-doutorando pela Universidade Lusófona do Porto (Pt). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Constituições, Estruturalismo e Novos Direitos – GEPCEND do Mestrado em Direitos Fundamentais (PPGDF) da Universidade da Amazônia - UNAMA. Membro da Rede de Pesquisas - Direitos Humanos, Sustentabilidade e Desenvolvimento Socioeconômico: Políticas Públicas, Efetividade Jurídica e Proteção Ambiental (www.rededh.com). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará – MPE/PA. E-mail: ffoliveira10@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9297-2223>

Abstract: This article analyzes the constitutional limits related to carbon use in the Amazon, focusing on environmental protection and the sustainability of economic practices. The research problem that guides this study is: what are the limits established by the Brazilian Constitution in relation to the use of carbon in the Amazon and how do these limits influence the conservation policies of the region? The central hypothesis is that the Constitution and infra-constitutional legislation impose restrictions that aim to balance economic development and environmental protection, ensuring the conservation of biodiversity and the mitigation of climate change. The methodology used combines qualitative analysis and review of legal documents, with the study of constitutional provisions and environmental laws in force in Brazil. The results indicate that, although the Constitution enshrines rights related to the environment, such as the right to an ecologically balanced environment, the application of these limits faces significant challenges due to economic pressure and the lack of effectiveness in enforcement policies. It is concluded that the constitutional limits on carbon use in the Amazon represent an attempt to promote sustainability and the protection of biodiversity but need further strengthening and practical application so that they can be effective in preserving the region in the face of threats of deforestation and unbridled exploitation. The articulation between constitutional rights and public policies is essential to ensure a sustainable future for the Amazon.

Keywords: Constitutional limits; Carbon use; Amazon; Environmental protection; Sustainability.

LIMITES CONSTITUCIONAIS PARA O USO DA ÁGUA POTÁVEL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Constitutional Limits for the Use of Drinking Water in the Brazilian Amazon.

Frederico Antônio Lima de Oliveira¹

Resumo: O presente artigo analisa os limites constitucionais relacionados ao uso da água potável na região amazônica, enfatizando a importância da conservação dos recursos hídricos e os direitos relacionados ao acesso à água. O problema de pesquisa que orienta este estudo é: quais são os limites estabelecidos pela Constituição Brasileira sobre o uso da água potável na Amazônia e como esses limites impactam a gestão dos recursos hídricos na região? A hipótese central proposta é que a Constituição e as legislações complementares estabelecem diretrizes que buscam garantir o uso sustentável da água, protegendo o meio ambiente e os direitos das comunidades locais. A metodologia utilizada inclui análise qualitativa e estudo de documentos legais, com a revisão de dispositivos constitucionais e legislações pertinentes que regulam a gestão da água na Amazônia. Os resultados apontam que, apesar de a Constituição reconhecer o direito a água e a necessidade de proteção dos recursos hídricos, sua aplicação enfrenta desafios significativos, como a pressão de atividades econômicas e a falta de infraestrutura adequada para o acesso à água potável. Conclui-se que os limites constitucionais sobre o uso da água potável na região amazônica representam uma tentativa de equilibrar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Contudo, essa proteção requer maior atenção e efetividade nas políticas públicas para garantir o acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, especialmente para as comunidades mais vulneráveis, assegurando a conservação dos recursos hídricos e o bem-estar da população local.

¹ Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP). Mestre em Direito Administrativo (UFPA). Pós-doutor em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Pós-doutorando pela Universidade de Curitiba – UNICURITIBA. Pós-doutorando pela Universidade Lusófona do Porto (Pt). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Constituições, Estruturalismo e Novos Direitos – GEPCEND do Mestrado em Direitos Fundamentais (PPGDF) da Universidade da Amazônia - UNAMA. Membro da Rede de Pesquisas - Direitos Humanos, Sustentabilidade e Desenvolvimento Socioeconômico: Políticas Públicas, Efetividade Jurídica e Proteção Ambiental (www.rededh.com). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará – MPE/PA. E-mail: ffoliveira10@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9297-2223>

Palavras-chave: Limites constitucionais; Uso da água potável; Amazônia; Recursos hídricos; Sustentabilidade.

Abstract: This article analyzes the constitutional limits related to the use of drinking water in the Amazon region, emphasizing the importance of conserving water resources and the rights related to access to water. The research problem that guides this study is: what are the limits established by the Brazilian Constitution on the use of drinking water in the Amazon and how do these limits impact the management of water resources in the region? The central hypothesis proposed is that the Constitution and complementary legislation establish guidelines that seek to ensure the sustainable use of water, protecting the environment and the rights of local communities. The methodology used includes qualitative analysis and study of legal documents, with the review of constitutional provisions and relevant legislation that regulate water management in the Amazon. The results indicate that, although the Constitution recognizes the right to water and the need to protect water resources, its application faces significant challenges, such as the pressure of economic activities and the lack of adequate infrastructure for access to drinking water. It is concluded that the constitutional limits on the use of drinking water in the Amazon region represent an attempt to balance economic development and environmental sustainability. However, this protection requires greater attention and effectiveness in public policies to ensure access to water in adequate quantity and quality, especially for the most vulnerable communities, ensuring the conservation of water resources and the well-being of the local population.

Keywords: Constitutional limits; Use of drinking water; Amazon; Water resources; Sustainability.

LIVRO DE RESUMOS DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE, AMBIENTE E DIREITOS FUNDAMENTAIS (IV CONISAF)

Coord.s

Fábio da Silva Veiga
Frederico Antonio Lima de Oliveira
Jeferson Bacelar
Alberto Papaléo Paes



UNAMA

